



OP-128MR-20
CÓD.: 7891182030663

Prefeitura Municipal de Paulo Afonso do Estado da Bahia

Agente de Fiscalização Municipal - Agente de
Fiscalização do Meio Ambiente e Serviços Públicos

Língua Portuguesa

Elementos de construção do texto e seu sentido: tipos de texto (literário e não literário, narrativo, descritivo e argumentativo).	01
Interpretação e organização interna.	06
Semântica: sentido e emprego dos vocábulos.	07
Campos semânticos.	07
Emprego de tempos e modos dos verbos em português.	09
Fonologia: conceitos básicos, classificação dos fonemas, sílabas, encontros vocálicos, encontros consonantais, dígrafos, divisão silábica.	10
Morfologia: reconhecimento, emprego e sentido das classes gramaticais.	16
Processos de formação de palavras.	16
Mecanismos de flexão dos nomes e verbos.	16
Sintaxe: frase, oração e período.	23
Termos da oração.	23
Processos de coordenação e subordinação.	23
Concordância nominal e verbal.	31
Transitividade e regência de nomes e verbos.	37
Padrões gerais de colocação pronominal no português.	41
Mecanismos de coesão textual.	43
Ortografia.	44
Acentuação gráfica.	48
Emprego do sinal indicativo de crase.	50
Pontuação.	54
Estilística: figuras de linguagem.	56
Reescrita de frases: substituição, deslocamento, paralelismo.	60
Variação linguística: norma culta.	61

Legislação

Leis de Paulo Afonso/BA: Lei Orgânica do Município de Paulo Afonso - BA.	01
Lei Municipal No. 1.364, de 31 de agosto de 2017	26
Lei Municipal No. 03, de 06 de março de 2018,	27
Lei Municipal No. 995, de 21 de setembro de 2004	36
Lei Municipal No. 1.022/2005	36

Informática

Fundamentos do Windows (7 e posteriores): operações com janelas, menus, barra de tarefas, área de trabalho, trabalho com pastas e arquivos, localização de arquivos e pastas, movimentação e cópia de arquivos e pastas, criação e exclusão de arquivos e pastas, compartilhamentos e áreas de transferência. Configurações básicas: resolução da tela, cores, fontes, impressoras, aparência, segundo plano e protetor de tela.	01
Conceito básico de Internet e intranet e utilização de tecnologias, ferramentas e aplicativos associados. Principais navegadores. Ferramentas de busca e pesquisa.	07
MS Office 2013 e posteriores.....	14
Correio eletrônico: conceitos básicos. Formatos de mensagens. Transmissão e recepção de mensagens. Catálogo de endereços. Arquivos anexados. Uso dos recursos. Ícones. Atalhos de teclado	41

Matemática

Raciocínio Lógico.	01
Noções de Lógica.	01
Conjuntos Numéricos: Números Naturais, Inteiros e Racionais.	16
Operações Fundamentais: adição, subtração, multiplicação e divisão.	21
Resolução de Problemas.	21
Regra de três simples e porcentagem.	24
Geometria básica.	27
Sistema Monetário Brasileiro.	34
Sistema de Medidas: comprimento, superfície, volume, massa, capacidade e tempo.	36
Fundamentos de Estatísticas.....	39

Atualidades

História recente do Brasil.	01
Estado da Bahia.....	10
Notícias nacionais e internacionais atuais, bem como temas sócio/econômico/político/culturais veiculados pela imprensa nos últimos 12 (doze) meses anteriores à realização da prova.....	39

Conhecimentos Específicos

Agente de Fiscalização Municipal - Agente de Fiscalização do Meio Ambiente e Serviços Públicos

Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios.	01
Organização administrativa da União; administração direta e indireta.	09

Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos; Regime Jurídico: provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa.	16
Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder.	35
Controle e responsabilização da administração: controle administrativo.	40
Código Municipal do Meio Ambiente.	49
Lei Federal 9.605/1998 - Lei dos Crimes Ambientais.	60
Lei Federal 12.305/2010 - Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS).	68
Lei Federal 12.651/2012 - Novo Código Florestal Brasileiro.	79
Lei Federal 9.985/2000 – Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.....	100
Informática básica: noções de Hardware e Software.	110
MS-Word 2010.	111
MS-Excel 2010.	117
MS-PowerPoint 2010.	126
Correio Eletrônico.	134
Internet.	134
Lei Complementar Nº136/2018. Lei Complementar Nº 138/2018 instituição da taxa de serviços sobre atividades de licenciamento e fiscalização ambiental.	134



AVISO IMPORTANTE



A Apostilas Opção **não** está vinculada as organizadoras de Concurso Público. A aquisição do material **não** garante sua inscrição ou ingresso na carreira pública.



Sua Apostila aborda os tópicos do Edital de forma prática e esquematizada.



Alterações e Retificações após a divulgação do Edital estarão disponíveis em **Nosso Site** na **Versão Digital**.



Dúvidas sobre matérias podem ser enviadas através do site: <https://www.apostilasopcao.com.br/contatos.php>, com retorno do Professor no prazo de até **05 dias úteis**.



PIRATARIA É CRIME: É proibida a reprodução total ou parcial desta apostila, de acordo com o Artigo 184 do Código Penal.



Apostilas Opção, a Opção certa para a sua realização.



CONTEÚDO EXTRA

Aqui você vai saber tudo sobre o Conteúdo Extra Online



Para acessar o **Conteúdo Extra Online** (*vídeoaulas, testes e dicas*) digite em seu navegador: www.apostilasopcao.com.br/extra



O **Conteúdo Extra Online** é apenas um material de apoio complementar aos seus estudos.



O **Conteúdo Extra Online** **não** é elaborado de acordo com Edital da sua Apostila.



O **Conteúdo Extra Online** foi tirado de diversas fontes da internet e **não** foi revisado.



A Apostilas Opção **não** se responsabiliza pelo **Conteúdo Extra Online**.



LÍNGUA PORTUGUESA

ELEMENTOS DE CONSTRUÇÃO DO TEXTO E SEU SENTIDO: TIPOS DE TEXTO (LITERÁRIO E NÃO LITERÁRIO, NARRATIVO, DESCRITIVO E ARGUMENTATIVO).

Texto – é um conjunto de ideias organizadas e relacionadas entre si, formando um todo significativo capaz de produzir interação comunicativa (capacidade de codificar e decodificar).

Contexto – um texto é constituído por diversas frases. Em cada uma delas, há uma informação que se liga com a anterior e/ou com a posterior, criando condições para a estruturação do conteúdo a ser transmitido. A essa interligação dá-se o nome de *contexto*. O relacionamento entre as frases é tão grande que, se uma frase for retirada de seu contexto original e analisada separadamente, poderá ter um significado diferente daquele inicial.

Intertexto - comumente, os textos apresentam referências diretas ou indiretas a outros autores através de citações. Esse tipo de recurso denomina-se *intertexto*.

Interpretação de texto - o objetivo da interpretação de um texto é a identificação de sua ideia principal. A partir daí, localizam-se as ideias secundárias - ou fundamentações -, as argumentações - ou explicações -, que levam ao esclarecimento das questões apresentadas na prova.

Normalmente, numa prova, o candidato deve:

1- **Identificar** os elementos fundamentais de uma argumentação, de um processo, de uma época (neste caso, procuram-se os verbos e os advérbios, os quais definem o tempo).

2- **Comparar** as relações de semelhança ou de diferenças entre as situações do texto.

3- **Comentar**/relacionar o conteúdo apresentado com uma realidade.

4- **Resumir** as ideias centrais e/ou secundárias.

5- **Parafrasear** = reescrever o texto com outras palavras.

Condições básicas para interpretar

Fazem-se necessários:

- Conhecimento histórico-literário (escolas e gêneros literários, estrutura do texto), leitura e prática;
- Conhecimento gramatical, estilístico (qualidades do texto) e semântico;

Observação – na semântica (significado das palavras) incluem-se: *homônimos e parônimos, denotação e conotação, sinonímia e antonímia, polissemia, figuras de linguagem*, entre outros.

- Capacidade de observação e de síntese;
- Capacidade de raciocínio.

Interpretar / Compreender

Interpretar significa:

- *Explicar, comentar, julgar, tirar conclusões, deduzir.*
- *Através do texto, infere-se que...*
- *É possível deduzir que...*
- *O autor permite concluir que...*
- *Qual é a intenção do autor ao afirmar que...*

Compreender significa

- *entendimento, atenção ao que realmente está escrito.*
- *o texto diz que...*
- *é sugerido pelo autor que...*
- *de acordo com o texto, é correta ou errada a afirmação...*
- *o narrador afirma...*

Erros de interpretação

- **Extrapolação** (“viagem”) = ocorre quando se sai do contexto, acrescentando ideias que não estão no texto, quer por conhecimento prévio do tema quer pela imaginação.

- **Redução** = é o oposto da extrapolção. Dá-se atenção apenas a um aspecto (esquecendo que um texto é um conjunto de ideias), o que pode ser insuficiente para o entendimento do tema desenvolvido.

- **Contradição** = às vezes o texto apresenta ideias contrárias às do candidato, fazendo-o tirar conclusões equivocadas e, conseqüentemente, errar a questão.

Observação - Muitos pensam que existem a ótica do escritor e a ótica do leitor. Pode ser que existam, mas numa prova de concurso, o que deve ser levado em consideração é o que o autor diz e nada mais.

Coesão - é o emprego de mecanismo de sintaxe que relaciona palavras, orações, frases e/ou parágrafos entre si. Em outras palavras, a coesão dá-se quando, através de um pronome relativo, uma conjunção (NEXOS), ou um pronome oblíquo átono, há uma relação correta entre o que se vai dizer e o que já foi dito.

Observação – São muitos os erros de coesão no dia a dia e, entre eles, está o mau uso do pronome relativo e do pronome oblíquo átono. Este depende da regência do verbo; aquele, do seu antecedente. Não se pode esquecer também de que os pronomes relativos têm, cada um, valor semântico, por isso a necessidade de adequação ao antecedente.

Os pronomes relativos são muito importantes na interpretação de texto, pois seu uso incorreto traz erros de coesão. Assim sendo, deve-se levar em consideração que existe um pronome relativo adequado a cada circunstância, a saber:

- *que* (neutro) - relaciona-se com qualquer antecedente, mas depende das condições da frase.
- *qual* (neutro) idem ao anterior.
- *quem* (pessoa)

- *cujo* (posse) - antes dele aparece o possuidor e depois o objeto possuído.

- *como* (modo)

- *onde* (lugar)

- *quando* (tempo)

- *quanto* (montante)

Exemplo:

Falou tudo QUANTO queria (correto)

Falou tudo QUE queria (errado - antes do QUE, deveria aparecer o demonstrativo O).

Dicas para melhorar a interpretação de textos

- Leia todo o texto, procurando ter uma visão geral do assunto. *Se ele for longo, não desista! Há muitos candidatos na disputa, portanto, quanto mais informação você absorver com a leitura, mais chances terá de resolver as questões.*

- Se encontrar palavras desconhecidas, não interrompa a leitura.

- Leia, leia bem, leia profundamente, ou seja, leia o texto, pelo menos, duas vezes – *ou quantas forem necessárias.*

- *Procure fazer inferências, deduções (chegar a uma conclusão).*

- **Volte ao texto quantas vezes precisar.**

- **Não permita que prevaleçam suas ideias sobre as do autor.**

- Fragmente o texto (parágrafos, partes) para melhor compreensão.

- **Verifique, com atenção e cuidado, o enunciado de cada questão.**

- O autor defende ideias e você deve percebê-las.

- Observe as relações interparágrafos. Um parágrafo geralmente mantém com outro uma relação de continuação, conclusão ou falsa oposição. Identifique muito bem essas relações.

- Sublinhe, em cada parágrafo, o tópico frasal, ou seja, a ideia mais importante.

- **Nos enunciados, grife palavras como “correto” ou “incorreto”, evitando, assim, uma confusão na hora da resposta – o que vale não somente para Interpretação de Texto, mas para todas as demais questões!**

- Se o foco do enunciado for o tema ou a ideia principal, leia com atenção a introdução e/ou a conclusão.

- Olhe com especial atenção os pronomes relativos, pronomes pessoais, pronomes demonstrativos, etc., chamados *vocábulos relatores*, porque remetem a outros vocábulos do texto.

Fontes de pesquisa:

<http://www.tudosobreconcursos.com/materiais/portugues/como-interpretar-textos>

<http://portuguesemfoco.com/pf/09-dicas-para-melhorar-a-interpretacao-de-textos-em-provas>

<http://www.portuguesnarede.com/2014/03/dicas-para-voce-interpretar-melhor-um.html>

<http://vestibular.uol.com.br/cursinho/questoes/questao-117-portugues.htm>

QUESTÕES

1-) (SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL/DF – TÉCNICO EM ELETRÔNICA – IADES/2014)

Gratuidades

Crianças com até cinco anos de idade e adultos com mais de 65 anos de idade têm acesso livre ao Metrô-DF. Para os menores, é exigida a certidão de nascimento e, para os idosos, a carteira de identidade. Basta apresentar um documento de identificação aos funcionários posicionados no bloqueio de acesso.

Disponível em: <<http://www.metro.df.gov.br/estacoes/gratuidades.html>> Acesso em: 3/3/2014, com adaptações.

Conforme a mensagem do primeiro período do texto, assinale a alternativa correta.

(A) Apenas as crianças com até cinco anos de idade e os adultos com 65 anos em diante têm acesso livre ao Metrô-DF.

(B) Apenas as crianças de cinco anos de idade e os adultos com mais de 65 anos têm acesso livre ao Metrô-DF.

(C) Somente crianças com, no máximo, cinco anos de idade e adultos com, no mínimo, 66 anos têm acesso livre ao Metrô-DF.

(D) Somente crianças e adultos, respectivamente, com cinco anos de idade e com 66 anos em diante, têm acesso livre ao Metrô-DF.

(E) Apenas crianças e adultos, respectivamente, com até cinco anos de idade e com 65 anos em diante, têm acesso livre ao Metrô-DF.

1-) Dentre as alternativas apresentadas, a única que condiz com as informações expostas no texto é “Somente crianças com, no máximo, cinco anos de idade e adultos com, no mínimo, 66 anos têm acesso livre ao Metrô-DF”.

RESPOSTA: “C”.

2-) (SUSAM/AM – TÉCNICO (DIREITO) – FGV/2014 - adaptada) “Se alguém que é gay procura Deus e tem boa vontade, quem sou eu para julgá-lo?” a declaração do Papa Francisco, pronunciada durante uma entrevista à imprensa no final de sua visita ao Brasil, ecoou como um trovão mundo afora. Nela existe mais forma que substância – mas a forma conta”. (...)

(Axé Silva, O Mundo, setembro 2013)

O texto nos diz que a declaração do Papa ecoou como um trovão mundo afora. Essa comparação traz em si mesma dois sentidos, que são

(A) o barulho e a propagação.

(B) a propagação e o perigo.

(C) o perigo e o poder.

(D) o poder e a energia.

(E) a energia e o barulho.

2-) Ao comparar a declaração do Papa Francisco a um trovão, provavelmente a intenção do autor foi a de mostrar o “barulho” que ela causou e sua propagação mundo afora. Você pode responder à questão por eliminação: a segunda opção das alternativas relaciona-se a “mundo afora”, ou seja, que se propaga, espalha. Assim, sobraria apenas a alternativa A!

RESPOSTA: “A”.

3-) (SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL/DF – TÉCNICO EM CONTABILIDADE – IADES/2014 - adaptada)

Concha Acústica

Localizada às margens do Lago Paranoá, no Setor de Clubes Esportivos Norte (ao lado do Museu de Arte de Brasília – MAB), está a Concha Acústica do DF. Projetada por Oscar Niemeyer, foi inaugurada oficialmente em 1969 e doada pela Terracap à Fundação Cultural de Brasília (hoje Secretaria de Cultura), destinada a espetáculos ao ar livre. Foi o primeiro grande palco da cidade.

Disponível em: <<http://www.cultura.df.gov.br/nossa-cultura/concha-acustica.html>>. Acesso em: 21/3/2014, com adaptações.

Assinale a alternativa que apresenta uma mensagem compatível com o texto.

(A) A Concha Acústica do DF, que foi projetada por Oscar Niemeyer, está localizada às margens do Lago Paranoá, no Setor de Clubes Esportivos Norte.

(B) Oscar Niemeyer projetou a Concha Acústica do DF em 1969.

(C) Oscar Niemeyer doou a Concha Acústica ao que hoje é a Secretaria de Cultura do DF.

(D) A Terracap transformou-se na Secretaria de Cultura do DF.

(E) A Concha Acústica foi o primeiro palco de Brasília.

3-) Recorramos ao texto: “Localizada às margens do Lago Paranoá, no Setor de Clubes Esportivos Norte (ao lado do Museu de Arte de Brasília – MAB), está a Concha Acústica do DF. Projetada por Oscar Niemeyer”. As informações contidas nas demais alternativas são incoerentes com o texto.

RESPOSTA: “A”.

INTERPRETAÇÃO DE LINGUAGEM NÃO VERBAL (TABELAS, FOTOS, QUADRINHOS, ETC.)

A interpretação de linguagem não verbal requer uma construção de sentidos. Torna-se necessária a utilização de processos de significação como: percepção da atualidade, a representação do mundo, a observação dos detalhes visuais e/ou linguísticos, a transformação de linguagem conotativa (sentido mais usual) em denotativa (sentido amplificado pelo contexto, pelos aspectos socioculturais etc).

Exemplos:

Tirinha



Charge



Tirinhas Populares

- **Calvin & Haroldo (Calvin & Harold)**, de Watterson (EUA). Calvin é um menino inteligente, criativo e sonhador, que tem um amigo imaginário, seu tigre de pelúcia, Haroldo. É um garoto que tem problemas de comportamento e mal-compreendido. Suas críticas indiretas são à escola, aos pais à forma como os adultos veem as crianças.

- **Mafalda**, de Quino (Argentina). Mafalda é uma menina superinteligente e entendida de política, ética e questões sociais.

- **Hagar, o Horrível**, de Dik Browne (EUA), sempre traz discussões relacionadas à história ocidental, arte, vida privada e relações familiares.

- **Garfield**, de Jim Davis (EUA), é a série de tiras mais lidas do mundo, junto com Calvin & Harold e Penauts. Além da preguiça e fome voraz, o gato discute questões de ciência, problemas psicológicos e físicos (saúde, obesidade, tédio, fobias etc). Além disso, mostram os animais antropomorfizados e “donos de casa”.

Charge

A charge ou cartum é um desenho de caráter humorístico, geralmente veiculado pela imprensa. Ela também pode ser considerada como texto e, nesse sentido, pode ser lida por qualquer um de nós. Trata-se de um tipo de texto muito importante na mídia atual, graças à sua capacidade de fazer, de modo sintético, críticas político-sociais.

Um público muito amplo se interessa pela charge, tanto pelo uso do humor e da sátira, quanto por exigir do leitor apenas um pequeno conhecimento da situação focalizada, para se reconhecerem as referências e insinuações feitas pelo autor.

Tabela

Quanto às tabelas, há diversas formas de usá-las para organizar as informações. Elas podem aparecer em ordem crescente ou decrescente, no caso de números, ou em ordem alfabética, quando são compostas de nomes, por exemplo.

Questões

01. Sobre as linguagens verbal e não verbal, estão corretas, exceto:

- a) a linguagem não verbal é composta por signos sonoros ou visuais, como placas, imagens, vídeos etc.
- b) a linguagem verbal diz respeito aos signos que são formados por palavras. Eles podem ser sinais visuais e sonoros.
- c) a linguagem verbal, por dispor de elementos linguísticos concretos, pode ser considerada superior à linguagem não verbal.
- d) linguagem verbal e não verbal são importantes, e o sucesso na comunicação depende delas, ou seja, quando um interlocutor recebe e compreende uma mensagem adequadamente.

02. Qual o tipo de linguagem utilizada abaixo:



<https://www.todamateria.com.br/linguagem-verbal-e-nao-verbal/>

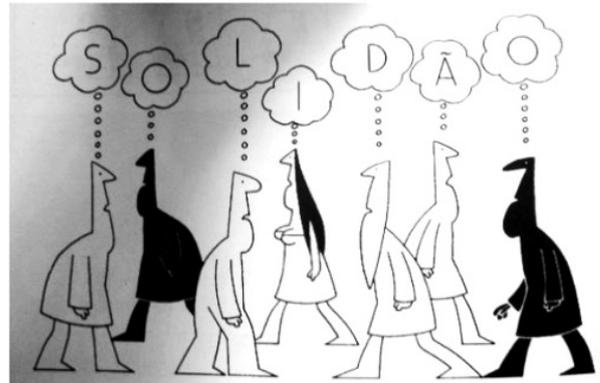
- A) Linguagem verbal
- B) Linguagem não verbal
- C) Linguagem mista
- D) Linguagem conotativa

03. Quando assistimos um jogo de futebol, as linguagens verbal e não verbal estão envolvidas. Qual delas abaixo representa a linguagem verbal usadas nas partidas de futebol:

- A) Bandeiras de impedimento
- B) Cartões vermelho e amarelo

- C) Locutor do Futebol
- D) O apito do juiz

04. UERJ



CAULOS
Só dói quando eu respiro. Porto Alegre: L&PM, 2001.

Mineiro de Araguari, o cartunista Caulos já publicou seus trabalhos em diversos jornais, entre eles o Jornal do Brasil e o The New York Times

No cartum apresentado, o significado da palavra escrita é reforçado pelos elementos visuais, próprios da linguagem não verbal. A separação das letras da palavra em balões distintos contribui para expressar principalmente a seguinte ideia:

- A) dificuldade de conexão entre as pessoas
- B) aceleração da vida na contemporaneidade
- C) desconhecimento das possibilidades de diálogo
- D) desencontro de pensamentos sobre um assunto

05. Gráficos são exemplos de utilização simultânea das linguagens verbal e não verbal. É preciso analisar as duas ocorrências para a compreensão do texto.

Aumento no número de casamentos (entre 2003 e 2008)



... e um fator determinante é que cada vez mais pessoas nessa idade estão no mercado de trabalho, o que lhes garante a independência financeira necessária para o matrimônio.

População com mais de 60 anos no mercado de trabalho



Nos gráficos, os elementos visuais e os elementos textuais são fundamentais para o entendimento total da mensagem transmitida. No gráfico em questão, a linguagem verbal e a linguagem não verbal têm como intenção mostrar ao leitor que:

A) O número de casamentos entre pessoas acima de 60 anos diminuiu em um período de cinco anos.

B) O número de pessoas acima de 60 anos que estão inseridas no mercado de trabalho é proporcionalmente inverso à quantidade de pessoas que se casam nessa faixa etária.

C) Apresenta dados para o leitor que comprovam o aumento no número de casamentos entre pessoas acima de 60 anos, assim como o aumento da inserção de pessoas acima de 60 anos no mercado de trabalho.

D) Apresenta a preocupação com a diminuição no número de casamentos entre pessoas de várias faixas etárias da população brasileira, assim como a dificuldade dessas pessoas para conseguir emprego no mercado de trabalho.

RESPOSTAS

01	C
02	C
03	C
04	A
05	C

GÊNEROS TEXTUAIS

São os textos materializados que encontramos em nosso cotidiano; tais textos apresentam características sócio-comunicativas definidas por seu estilo, função, composição, conteúdo e canal. Como exemplos, temos: *receita culinária, e-mail, reportagem, monografia, poema, editorial, piada, debate, agenda, inquérito policial, fórum, blog, etc.*

A escolha de um determinado gênero discursivo depende, em grande parte, da situação de produção, ou seja, a finalidade do texto a ser produzido, quem são os locutores e os interlocutores, o meio disponível para veicular o texto, etc.

Os gêneros discursivos geralmente estão ligados a esferas de circulação. Assim, na *esfera jornalística*, por exemplo, são comuns gêneros como *notícias, reportagens, editoriais, entrevistas* e outros; na *esfera de divulgação científica* são comuns gêneros como *verbete de dicionário ou de enciclopédia, artigo ou ensaio científico, seminário, conferência*.

Fontes de pesquisa:

<http://www.brasilecola.com/redacao/tipologia-textual.htm>

Português linguagens: volume 1 / Wiliam Roberto Cereja, Thereza Cochar Magalhães. – 7ªed. Reform. – São Paulo: Saraiva, 2010.

Português – Literatura, Produção de Textos & Gramática – volume único / Samira Yousseff Campedelli, Jésus Barbosa Souza. – 3. Ed. – São Paulo: Saraiva, 2002.

TIPOLOGIA TEXTUAL

A todo o momento nos deparamos com vários textos, sejam eles verbais ou não verbais. Em todos há a presença do discurso, isto é, a ideia intrínseca, a essência daquilo que está sendo transmitido entre os interlocutores. Estes interlocutores são as peças principais em um diálogo ou em um texto escrito.

É de fundamental importância sabermos classificar os textos com os quais travamos convivência no nosso dia a dia. Para isso, precisamos saber que existem **tipos textuais e gêneros textuais**.

Comumente relatamos sobre um acontecimento, um fato presenciado ou ocorrido conosco, expomos nossa opinião sobre determinado assunto, descrevemos algum lugar que visitamos, fazemos um retrato verbal sobre alguém que acabamos de conhecer ou ver. É exatamente nessas situações corriqueiras que classificamos os nossos textos naquela tradicional **tipologia: Narração, Descrição e Dissertação**.

As tipologias textuais caracterizam-se pelos aspectos de ordem linguística

Os tipos textuais designam uma sequência definida pela natureza linguística de sua composição. São observados aspectos lexicais, sintáticos, tempos verbais, relações lógicas. Os tipos textuais são o *narrativo, descritivo, argumentativo/dissertativo, injuntivo e expositivo*.

- **Textos narrativos** – constituem-se de verbos de ação demarcados no tempo do universo narrado, como também de advérbios, como é o caso de *antes, agora, depois*, entre outros: *Ela entrava em seu carro quando ele apareceu. Depois de muita conversa, resolveram...*

- **Textos descritivos** – como o próprio nome indica, descrevem características tanto físicas quanto psicológicas acerca de um determinado indivíduo ou objeto. Os tempos verbais aparecem demarcados no presente ou no pretérito imperfeito: *“Tinha os cabelos mais negros como a asa da graúna...”*

- **Textos expositivos** – Têm por finalidade explicar um assunto ou uma determinada situação que se almeje desenvolvê-la, enfatizando acerca das razões de ela acontecer, como em: *O cadastramento irá se prorrogar até o dia 02 de dezembro, portanto, não se esqueça de fazê-lo, sob pena de perder o benefício.*

- **Textos injuntivos (instrucional)** – Trata-se de uma modalidade na qual as ações são prescritas de forma sequencial, utilizando-se de verbos expressos no imperativo, infinitivo ou futuro do presente: *Misture todos os ingredientes e bata no liquidificador até criar uma massa homogênea.*

- **Textos argumentativos (dissertativo)** – Demarcam-se pelo predomínio de operadores argumentativos, revelados por uma carga ideológica constituída de argumentos e contra-argumentos que justificam a posição assumida acerca de um determinado assunto: *A mulher do mundo contemporâneo luta cada vez mais para conquistar seu espaço no mercado de trabalho, o que significa que os gêneros estão em complementação, não em disputa.*



LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

**LEIS DE PAULO AFONSO/BA: LEI ORGÂNICA
DO MUNICÍPIO DE PAULO AFONSO - BA.**

**LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO PAULO AFONSO -
BAHIA**

PREÂMBULO

Nós Vereadores de Paulo Afonso, investidos no pleno exercício do Poder Legislativo Orgânico deste município, com as atribuições previstas no artigo 29 da Constituição Federal e no artigo 18, inciso I da Constituição do Estado da Bahia, em nome do povo e sob a proteção de Deus, promulgamos a seguinte Lei Orgânica:

**TÍTULO I
DA ORGANIZAÇÃO MUNICIPAL**

**CAPÍTULO I
DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 1º - O Município de Paulo Afonso, em união indissolúvel ao Estado da Bahia e à República Federativa do Brasil, constituído em esfera do governo local, dentro do Estado Democrático de Direito objetiva, na sua área territorial e competencial, o seu desenvolvimento, com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, fundamentada da autonomia, na cidadania, na dignidade da pessoa humana, nos valores sociais do trabalho, na livre iniciativa e no pluralismo político.

§ 1º - Todo poder emana do povo que o exerce por meio de seus representantes eleitos ou diretamente, nos termos da Constituição Federal, da Constituição Estadual e desta Lei Orgânica.

§ 2º - O dia 28 de julho, data oficial comemorativa da Emancipação Política de Paulo Afonso, será feriado em todo território do município.

Art. 2º - Constituem objetivos fundamentais do município de Paulo Afonso e de seus representantes:

I - Assegurar a construção de uma sociedade livre, justa e solidária;

II - Garantir o desenvolvimento local e regional;

III - Contribuir para o desenvolvimento estadual e nacional;

IV - Erradicar a pobreza e a marginalização, reduzir as desigualdades sociais na área urbana e zona rural;

V - promover o bem de todos, sem preconceito de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

**CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO ADMINISTRATIVA**

Art. 3º - O município de Paulo Afonso, com sede na cidade que lhe dá o nome, com autonomia política administrativa e financeira, rege-se por esta Lei Orgânica.

Art. 4º - São poderes do município, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo e o Executivo.

Art. 5º - São símbolos de município, a Bandeira, o Hino e o Brasão, representativo de sua cultura e história.

Art. 6º - Incluem-se entre os bens do município os imóveis, por natureza ou acessão física, e os imóveis que atualmente sejam do seu domínio, ou a ele pertençam, bem assim os que lhe vierem a ser atribuídos por lei e os que lhe incorporarem ao seu patrimônio por ato jurídico perfeito.

**CAPÍTULO III
DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO**

Art. 7º - O município compõe-se de distrito e suas circunscrições urbanas em cidade com seus bairros, vilas e povoados.

§ 1º - É facultada a descentralização administrativa com a criação nos distritos e bairros, de sub sede da Prefeitura, na forma da lei de iniciativa do Poder Executivo.

§ 2º - Fica obrigado o município colocar marcos em forma de pirâmide, com 01 (um) metro de comprimento, nos limites com outros Estados e municípios.

Art. 8º - A criação, organização, supressão ou fusão de distritos depende de lei, após consultar plebiscitariamente às populações diretamente interessadas, observada a legislação estadual específica e o atendimento aos requisitos estabelecidos no Art. 9º desta Lei Orgânica.

Parágrafo Único - O distrito poder ser criado mediante função de dois ou mais distritos, aplicando-se, neste caso as normas estaduais e municipais cabíveis relativa à criação e a supressão.

Art. 9º - São requisitos para a criação de distrito:

I - população eleitoral e arrecadação não inferiores à quinta parte exigida para a criação de município;

II - existência, na povoação sede, de pelo menos cinquenta moradias, Escola Pública, Posto de Saúde e Posto Policial.

Parágrafo Único - Comprova-se o atendimento às exigências, enumeradas neste artigo mediante:

a) Declaração, emitida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, de estimativa de população;

b) Certidão, emitida pelo Tribunal Regional Eleitoral, certificando o número de eleitores;

c) Certidão emitida pelo agente municipal de estatística ou pela repartição competente do município, certificando o número de moradias;

d) Certidão do órgão da fazenda estadual e do município, certificando a arrecadação na respectiva área territorial;

e) Certidão, emitida pela Prefeitura ou pelas Secretarias de Educação, de Saúde e de Segurança Pública do Estado, certificando a existência de Escola Pública, de Posto de Saúde e Policial na Povoação-sede.

Art. 10 - Na fixação das divisas distritais, serão observadas, as seguintes normas:

I - Sempre que possível, evitar-se-ão formas assimétricas, estrangulamento e alongamentos exagerados;

II - Dar-se-á preferência, para delimitação, às linhas naturais, facilmente identificáveis;

III - Na inexistência de linhas naturais, utilizar-se-á linha reta cujos extremos, pontos naturais ou não, sejam facilmente identificáveis;

IV - É vedada a interrupção de continuidade territorial do município e do distrito de origem.

Parágrafo Único - As divisões distritais devem ser descritas trecho, salvo, para evitar publicidade, nos trechos que coincidirem com os limites municipais.

Art. 11 - A alteração da divisão administrativa do município somente poderá ser feita quadrialmente, no ano anterior ao das eleições municipais.

CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO

SEÇÃO I DA COMPETÊNCIA PRIVADA

Art. 12 - Compete ao município:

I - Legislar sobre assunto de interesse local;

II - Suplementar a Legislação Federal e a Estadual, no que couber;

III - Instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balanço nos prazos fixados em lei;

IV - Fixar, fiscalizar e cobrar tarifas ou preços públicos;

V - Elaborar o plano plurianual e o orçamento anual;

VI - Criar, organizar e suprimir distritos, observada a legislação Estadual e esta Lei Orgânica;

VII - Organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluindo o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;

VIII - Dispor sobre a organização, administração e execução dos servidores municipais;

IX - Dispor sobre administração, utilização e alienação, dos bens públicos;

X - Instituir o quadro, os planos de carreira e o regime único dos servidores públicos;

XI - Manter, com a cooperação técnica e financeira da união e do estado, programas de educação pré-escolar, e de ensino fundamental;

XII - Prestar, com a cooperação técnica e financeira da união e do estado, serviço de atendimento à saúde da população, inclusive assistência nas emergências médico-hospitalares de Pronto Socorro com recursos próprios ou mediante convênio com entidades especializadas;

XIII - Amparar, de modo especial, os idosos e os portadores de deficiência;

XIV - Estabelecer serviços administrativos necessários à realização de seus serviços, inclusive a dos seus concessionários;

XV - planejar e controlar o uso, o parcelamento e a ocupação do solo em seu território, especialmente o de sua zona urbana;

XVI - Estabelecer normas de identificação, de loteamento, de arruamento e de zoneamento urbano e rural, bem como as limitações urbanísticas convenientes à ordenação do seu território, observada a Lei Federal;

XVII - Instituir, planejar e fiscalizar programas de desenvolvimento urbano nas áreas de habitação e de saneamento básico, de acordo com as diretrizes estabelecidas na Legislação Federal, sem prejuízo do exercício da competência comum correspondente;

XVIII - Dispor mediante lei específica, sobre o adequado aproveitamento do solo urbano não edificado e subutilizado ou não utilizado, podendo promover o parcelamento ou edificação compulsório, tributação progressiva ou desapropriação, na forma da Constituição Federal, caso o seu proprietário não promova seu adequado aproveitamento;

XIX - Prover sobre limpeza das vias e logradouros públicos;

XX - Conceder e renovar licença para localização e funcionamento industriais e agroindustriais, podendo conceder os estabelecimento industriais infraestrutura básica e incentivos fiscais durante período estabelecido pelo Poder Executivo;

XXI - Cassar a licença que houver concedido ao estabelecimento cuja atividade venha a se tornar prejudicial à saúde; à higiene, à segurança, ao sossego e aos bons costumes;

XXII - Ordenar as atividades urbanas fixando condições e horários para funcionamento de estabelecimentos industriais, comerciais, de serviço e outros, atendidas as normas da Legislação Federal aplicável;

XXIII - Organizar e manter os serviços de fiscalização necessários ao exercício do seu poder de polícia administrativa;

XXIV - Fiscalizar nos locais de venda, peso, medidas e condições sanitárias dos gêneros alimentícios, observada a Legislação Federal e Estadual pertinentes;

XXV - Regulamentar, autorizar e fiscalizar a fixação de cartazes e anúncios ou outros meios de propaganda e publicidade nos locais sujeitos ao poder de polícia municipal;

XXVI - Dispor sobre o depósito e venda de animais e mercadorias apreendidos em decorrência de transgressão da legislação municipal;

XXVII - Dispor sobre o registro, guarda, vacinação e captura de animais, com a finalidade precípua de controlar e erradicar moléstia de que possam ser portadoras ou transmissoras;

XXVIII - Disciplinar os serviços de carga e descarga que só poderão ser efetuados durante a noite, bem como fixar a tonelagem máxima permitida a veículos que circulem em vias públicas municipais, inclusive, nas vicinais cuja conservação seja de sua competência;

XXIX - Fiscalizar as vias urbanas e as estradas municipais, bem como regulamentar e fiscalizar sua utilização;

XXX - Regulamentar a utilização dos logradouros públicos e, especialmente no perímetro urbano, determinar o itinerário e os pontos de parada obrigatória de veículos de transporte coletivo;

XXXI - Fixar locais de estabelecimento de táxis;

XXXII - Tornar obrigatória a utilização do terminal rodoviário por empresa de ônibus intermunicipais e interestaduais;

XXXIII - Fixar e sinalizar as zonas de silêncio e de trânsito e tráfego em condições especiais;

XXXIV - Regular a disposição, o traçado e as demais condições dos bens públicos de uso comum;

XXXV - Adquirir bens, inclusive mediante desapropriação;

XXXVI - Estabelecer e impor penalidade por infração de suas leis e regulamentos;

XXXVII - Regular, executar, licenciar, fiscalizar, permitir ou autorizar conforme o caso, os seguintes serviços:

a) Transporte coletivo municipal, de carros de aluguel, inclusive o uso de táximetro;

b) Mercado, feiras e matadouros;

c) Iluminação pública;

d) Construção e conservação de estradas, vias ou caminhos municipais;

e) Funerário e de cemitérios.

XXXVIII - Assegurar a expedição de certidões requeridas às repartições administrativas municipais, para defesa de direitos e esclarecimento de situações, estabelecendo os prazos de atendimento.

§ 1º - As competências previstas neste artigo não esgotam o exercício privativo de outras, na forma da lei, desde que atenda ao peculiar interesse do município e ao bem estar de sua população e não conflite com a competência Federal e Estadual.

§ 2º - As normas de loteamento e arruamento a que se refere o inciso XVI deste artigo deverão exigir reserva de áreas determinadas a:

a) Zonas verdes e demais logradouros públicos;

b) Vias de tráfego e de passagem de canalização pública, de esgoto e de águas pluviais.

§ 3º - A lei complementar de criação da guarda municipal estabelecerá a organização e competência dessa força auxiliar na proteção dos bens, serviço e instalações municipais.

§ 4º - A política de desenvolvimento urbano, com o objetivo de ordenar as funções sociais da cidade e garantir o bem estar de seus habitantes, deve ser consubstanciada em plano Diretor de Desenvolvimento Integrado, nos termos do Art. 182º, Parágrafo 1º da Constituição Federal.

SEÇÃO II DA COMPETÊNCIA COMUM

Art. 13 - É da competência comum do Município, da União e do Estado, na forma prevista em lei complementar Federal:

I - Zelar pela guarda da Constituição, das leis e das instituições democráticas e conservar o patrimônio público;

II - Cuidar da saúde e da assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência;

III - Proteger os documentos, as obras e outros bens de valor histórico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

IV - Impedir a evasão, a destruição e a descaracterização de obras de arte e de outros bens de valor histórico, artístico ou cultural;

V - Proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência;

VI - Proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer de suas formas;

VII - Preservar a vegetação natural, fauna e a flora;

VIII - Fomentar a produção agropecuária e organizar o abastecimento alimentar;

IX - Promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico;

X - Combater as causas da pobreza e demais fatores de marginalização, promovendo a integração social dos setores desfavorecidos;

XI - Registrar, acompanhar e fiscalizar as concessões de direitos de pesquisa e exploração de recursos hídricos e minerais em seus territórios;

XII - Estabelecer e implantar política de educação para segurança de trânsito.

SEÇÃO III DA COMPETÊNCIA SUPLEMENTAR

Art. 14 - Compete ao município suplementar a legislação Federal e Estadual no que couber e aquilo que disser respeito ao seu peculiar interesse, visando adaptá-la à realidade e às necessidades locais.

CAPÍTULO V DAS VEDAÇÕES

Art. 15 - Além de outros casos previstos nesta Lei Orgânica, ao município é vedado:

I - Estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público;

II - Recusar fé aos documentos públicos;

III - Criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si;

IV - Subvencionar ou auxiliar, de qualquer modo, com recurso pertencentes aos cofres públicos, quer pela imprensa, rádio, televisão, serviço de alto-falante ou qualquer outro meio de comunicação, propaganda político-partidária ou fins estranhos à administração;

V - Manter a publicidade de atos, programas, obras, serviços e campanhas de órgãos públicos que não tenha caráter educativo, informativo ou de orientação social, assim como a publicidade da qual constem nomes, símbolos ou imagens que caracterizem a promoção pessoal de autoridades ou serviços públicos;

VI - Outorgar isenções e anistias fiscais, ou permitir a remissão de dívidas, sem interesse público justificado, sob pena de nulidade do ato;

VII - Exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

VIII - Instituir tratamento desigual entre os contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

IX - Estabelecer diferença tributária entre os bens e serviços de qualquer natureza, em razão de sua procedências ou destino;

X - Cobrar tributos:

a) em relação a fatos geradores ocorridos antes do início da vigência da lei que os houver instituído ou aumentado;

b) no mesmo exercício financeiro em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou;

XI - Utilizar tributos com efeito de confisco;

XII - Estabelecer limitações ao tráfego de pessoas ou bens, por meio de tributos, ressalvada a cobrança de pedágio pela utilização de vias conservadas pelo Poder Público;

XIII - Instituir imposto sobre:

a) patrimônio, renda ou serviço da união do estado e de outros municípios;

b) templos de qualquer cultos;

c) patrimônio, renda ou serviço dos partidos políticos, inclusive suas fundações, das entidades sindicais dos trabalhadores, das instituições de educação e de assistência social, sem fins lucrativos, atendidos os requisitos da lei Federal;

d) livros, jornais periódicos e o papel destinado a sua impressão.

§ 1º - A vedação do inciso XIII, "a", é extensiva às autarquias e às fundações instituídas e mantidas pelo poder público, no que se refere ao patrimônio, à renda, e aos serviços, vinculados às suas finalidades essenciais ou às delas decorrentes.

§ 2º - As vedações do inciso XIII, "a", e do § anterior não se aplicam ao patrimônio, à renda e aos serviços relacionados com exploração de atividades econômicas regidas pelas normas aplicáveis e empreendimentos privados, ou em que haja contraprestação ou pagamento de preço ou tarifas pelo usuário, nem exonera o provimento comparado da obrigação de pagar imposto relativamente ao bem imóvel.

§ 3º - As vedações expressas no inciso XIII, alíneas "b" e "c", compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas.

TÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DOS PODERES

CAPÍTULO I DO PODER LEGISLATIVO

SEÇÃO I DA CÂMARA MUNICIPAL

Art. 16 - O Poder Legislativo do município é exercido pela Câmara Municipal.

Parágrafo Único - Cada legislatura terá duração de quatro anos, compreendendo cada ano uma sessão legislativa.

Art. 17 - A Câmara Municipal é composta de Vereadores eleitos pelo sistema proporcional, como representantes do povo com mandato de quatro anos.

§ 1º - São condições de elegibilidade para o mandato de Vereador, na forma da Lei Federal:

I - a nacionalidade brasileiro;

II - o pleno exercício dos direitos políticos;

III - o alistamento eleitoral;

IV - o domicílio eleitoral na circunscrição;

V - a filiação partidária;

VI - a idade mínima de dezoito anos; e

VII - ser alfabetizado.

§ 2º - O número de Vereadores de cada legislatura, será alternado de acordo com o disposto no Art. 29, IV da Constituição Federal e Art. 60, III, da Constituição Estadual.

Art. 18 - A Câmara Municipal reunir-se-á anualmente, na sede do município, de 15 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 15 de dezembro.

§ 1º - As reuniões designadas para essas datas serão transferidas para o primeiro dia útil subsequente, quando recaírem sábados, domingos ou feriados.

§ 2º - A Câmara se reunirá em Sessões ordinárias, extraordinárias ou solenes, conforme dispuser o Regimento Interno.

§ 3º - A convocação extraordinária da Câmara Municipal far-se-á:

I - pelo Prefeito, quando este entender necessário;

II - pelo Presidente de Câmara para o compromisso e a posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;

III - pelo Presidente da Câmara ou a requerimento da maioria absoluta dos membros da Casa, em caso de urgência ou interesse público relevante;

IV - pela Comissão Representativa da Câmara de que trata o Art. 36, V, desta Lei Orgânica.

§ 4º - Na sessão Legislativa extraordinária, a Câmara Municipal somente deliberará sobre a matéria para a qual foi convocada.

Art. 19 - Salvo as exceções previstas na Lei, as deliberações, serão tomadas pela maioria absoluta dos votos, presente a maioria absoluta dos seus membros.

Art. 20 - A sessão Legislativa Ordinária não será interrompida sem a deliberação sobre o Projeto de Lei Orçamentaria .

Art. 21 - As Sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, considerando-se nulas as que realizarem fora dele.

§ 1º - Comprovada a impossibilidade de acesso àquele recinto ou outra causa que impeça a sua utilização, poderão as sessões ser realizadas em outro local da sede do município por decisão da maioria absoluta dos seus membros .

§ 2º - As sessões solenes poderão ser realizadas fora do recinto da Câmara.

Art. 22 - As sessões da Câmara serão públicas, salvo deliberação em contrário, tomada pela maioria de dois terços de seus membros, quando ocorre motivo relevante.

Art. 23 - As sessões da Câmara só poderão ser abertas com a presença de, pelo menos, um terço de seus membros.

Parágrafo Único - Considerar-se-á presente à sessão o Vereador que assinar o livro de presença até o início da Ordem do Dia, participar dos trabalhos do plenário e das votações.

SEÇÃO II DO FUNCIONAMENTO DA CÂMARA

Art. 24 - A Câmara reunir-se-á em sessões preparatórias a partir de 1º de janeiro, no primeiro ano da legislatura para a posse de seus membros e eleições da mesa, para mandato de dois anos, vedada a recondução para o mesmo cargo na eleição imediatamente subsequente.

§ 1º - A posse ocorrerá em sessão solene, que se realizará, independentemente de número, sob a presidência do Vereador mais idoso dentre os presentes.

§ 2º - O vereador que não tomar posse na sessão prevista no § anterior deverá fazê-lo dentro do prazo de 15(quinze) dias do início do funcionamento normal sob pena de perda de mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

§ 3º - Imediatamente após a posse, os vereadores reunir-se-ão sob a presidência do mais idoso dentre os presentes havendo maioria absoluta dos membros da Câmara elegerão os componentes da mesa, que serão automaticamente empossados.

§ 4º - Inexistindo número legal, o vereador mais idoso dentre os presentes permanecerá na presidência e convocará sessões diárias, até que seja eleita a mesa.

§ 5º - A eleição da mesa da Câmara, para o segundo biênio, far-se-á no dia 1º de janeiro do 3º ano de cada legislatura.

§ 6º - No ato da posse e ao término do mandato os Vereadores deverão fazer declaração de seus bens, as quais ficarão arquivadas na Câmara, constando das respectivas atas o seu resumo.

Art. 25 - A mesa da Câmara se compõem do Presidente, do vice-Presidente, do primeiro secretário e do segundo secretário, os quais se substituirão nessa ordem.

§ 1º - Na constituição da mesa é assegurada a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da Casa.

§ 2º - Na ausência dos membros da mesa, o vereador mais idoso assumirá a presidência.

§ 3º - Qualquer componente da mesa poderá ser destituído da mesma, pelo voto de dois terços (2/3) dos membros da Câmara, quando faltoso, omissos ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro vereador para complementação do mandato.

Art. 26 - A Câmara terá comissões permanentes e especiais.

§ 1º - As comissões permanentes em razão da matéria de sua competência, cabe:

I - realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil;

II - convocar os Secretários Municipais para prestar informações sobre assuntos inerentes a suas atribuições;

III - receber petições, reclamações, representações ou queixas de qualquer pessoa contra atos ou omissões das autoridades ou entidades públicas;

IV - solicitar depoimento de qualquer autoridade ou cidadão;

V - exercer, no âmbito de sua competência, a fiscalização dos atos Executivos e da Administração Indireta.

§ 2º - As comissões especiais, criadas por deliberação do Plenário, serão destinadas ao estudo de assuntos específicos e a representação da Câmara em congresso, solenidades ou outros atos públicos.

§ 3º - Na formação das comissões, assegurar-se-á a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participem da Câmara.

§ 4º - As Comissões Parlamentares de Inquérito, que terão poderes de investigações próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos no Regimento Interno da Casa, serão criadas pela Câmara Municipal, mediante requerimento de um terço dos seus membros, para apuração de fato determinado e por prazo certo, sendo suas conclusões, se for o caso, encaminhadas ao ministério público, para que promova a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

Art. 27 - A Maioria, a Minoria, as representações partidárias e os blocos parlamentares terão líder e vice-líder.

Art. 28 - A Câmara Municipal, observando o disposto nesta Lei Orgânica, compete elaborar seu Regimento Interno, dispondo sobre sua organização, política e provimento de cargo de seu serviço e, especialmente, sobre:

I - sua instalação e funcionamento;

II - posse de seus membros;

III - eleição da mesa, sua composição e suas atribuições;

IV - número de reunião mensais;

V - comissões;

VI - sessões;

VII - deliberações;

VIII - todo e qualquer assunto de sua administração interna.

Art. 29 - Por deliberação da maioria de seus membros, a Câmara poderá convocar secretário municipal ou administrador pessoalmente para prestar informações acerca de assuntos previamente estabelecido.

Art. 30 - O Secretário Municipal ou Administrador a seu pedido poderá comparecer perante o plenário ou qualquer comissão da Câmara para expor ato normativo relacionado com o seu serviço administrativo.

Art. 31 - A Mesa da Câmara poderá encaminhar pedidos escritos de informação aos Secretários Municipais, importando crimes de responsabilidade a recusa ou não-atendimento no prazo de quinze dias, bem como a prestação de informação falsa.

Art. 32 - A mesa, dentre outras atribuições, compete:

I - tomar todas as medidas necessárias à regularidade, dos Trabalhos Legislativos;

II - propor projetos que criem ou extingam cargo nos serviços da Câmara e fixem os respectivos vencimentos;

III - apresentar projetos de lei dispondo sobre abertura de créditos suplementares ou especiais, através do aproveitamento total ou parcial das consignações orçamentárias da Câmara;

IV - promulgar a Lei Orgânica e suas emendas;

V - representar, junto ao Executivo, sobre necessidade de economia interna;

VI - contratar, na forma da lei, por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público.



INFORMÁTICA

FUNDAMENTOS DO WINDOWS (7 E POSTERIORES): OPERAÇÕES COM JANELAS, MENUS, BARRA DE TAREFAS, ÁREA DE TRABALHO, TRABALHO COM PASTAS E ARQUIVOS, LOCALIZAÇÃO DE ARQUIVOS E PASTAS, MOVIMENTAÇÃO E CÓPIA DE ARQUIVOS E PASTAS, CRIAÇÃO E EXCLUSÃO DE ARQUIVOS E PASTAS, COMPARTILHAMENTOS E ÁREAS DE TRANSFERÊNCIA. CONFIGURAÇÕES BÁSICAS: RESOLUÇÃO DA TELA, CORES, FONTES, IMPRESSORAS, APARÊNCIA, SEGUNDO PLANO E PROTETOR DE TELA.

O Windows assim como tudo que envolve a informática passa por uma atualização constante, os concursos públicos em seus editais acabam variando em suas versões, por isso vamos abordar de uma maneira geral tanto as versões do Windows quanto do Linux.

O Windows é um Sistema Operacional, ou seja, é um software, um programa de computador desenvolvido por programadores através de códigos de programação. Os Sistemas Operacionais, assim como os demais softwares, são considerados como a parte lógica do computador, uma parte não palpável, desenvolvida para ser utilizada apenas quando o computador está em funcionamento. O Sistema Operacional (SO) é um programa especial, pois é o primeiro a ser instalado na máquina.

Quando montamos um computador e o ligamos pela primeira vez, em sua tela serão mostradas apenas algumas rotinas presentes nos chipsets da máquina. Para utilizarmos todos os recursos do computador, com toda a qualidade das placas de som, vídeo, rede, acessarmos a Internet e usufruirmos de toda a potencialidade do hardware, temos que instalar o SO.

Após sua instalação é possível configurar as placas para que alcancem seu melhor desempenho e instalar os demais programas, como os softwares aplicativos e utilitários.

O SO gerencia o uso do hardware pelo software e gerencia os demais programas.

A diferença entre os Sistemas Operacionais de 32 bits e 64 bits está na forma em que o processador do computador trabalha as informações. O Sistema Operacional de 32 bits tem que ser instalado em um computador que tenha o processador de 32 bits, assim como o de 64 bits tem que ser instalado em um computador de 64 bits.

Os Sistemas Operacionais de 64 bits do Windows, segundo o site oficial da Microsoft, podem utilizar mais memória que as versões de 32 bits do Windows. "Isso ajuda a reduzir o tempo despendido na permuta de processos para dentro e para fora da memória, pelo armazenamento de um número maior desses processos na memória de acesso aleatório (RAM) em vez de fazê-lo no disco rígido. Por outro lado, isso pode aumentar o desempenho geral do programa".

Para saber se o Windows é de 32 ou 64 bits, basta:

1. Clicar no botão Iniciar , clicar com o botão direito em computador e clique em Propriedades.
2. Em sistema, é possível exibir o tipo de sistema.

"Para instalar uma versão de 64 bits do Windows 7, você precisará de um processador capaz de executar uma versão de 64 bits do Windows. Os benefícios de um sistema operacional de 64 bits ficam mais claros quando você tem uma grande quantidade de RAM (memória de acesso aleatório) no computador, normalmente 4 GB ou mais. Nesses casos, como um sistema operacional de 64 bits pode processar grandes quantidades de memória com mais eficácia do que um de 32 bits, o sistema de 64 bits poderá responder melhor ao executar vários programas ao mesmo tempo e alternar entre eles com frequência".

Uma maneira prática de usar o Windows 7 (Win 7) é reinstalá-lo sobre um SO já utilizado na máquina. Nesse caso, é possível instalar:

- Sobre o Windows XP;
- Uma versão Win 7 32 bits, sobre Windows Vista (Win Vista), também 32 bits;
- Win 7 de 64 bits, sobre Win Vista, 32 bits;
- Win 7 de 32 bits, sobre Win Vista, 64 bits;
- Win 7 de 64 bits, sobre Win Vista, 64 bits;
- Win 7 em um computador e formatar o HD durante a instalação;
- Win 7 em um computador sem SO;

Antes de iniciar a instalação, devemos verificar qual tipo de instalação será feita, encontrar e ter em mãos a chave do produto, que é um código que será solicitado durante a instalação.

Vamos adotar a opção de instalação com formatação de disco rígido, segundo o site oficial da Microsoft Corporation:

- Ligue o seu computador, de forma que o Windows seja iniciado normalmente, insira o disco de instalação do Windows 7 ou a unidade flash USB e desligue o seu computador.
- Reinicie o computador.
- Pressione qualquer tecla, quando solicitado a fazer isso, e siga as instruções exibidas.
- Na página de Instalação Windows, insira seu idioma ou outras preferências e clique em avançar.
- Se a página de Instalação Windows não aparecer e o programa não solicitar que você pressione alguma tecla, talvez seja necessário alterar algumas configurações do sistema. Para obter mais informações sobre como fazer isso, consulte Inicie o seu computador usando um disco de instalação do Windows 7 ou um pen drive USB.
- Na página Leia os termos de licença, se você aceitar os termos de licença, clique em aceite os termos de licença e em avançar.
- Na página que tipo de instalação você deseja? clique em Personalizada.
- Na página onde deseja instalar Windows? clique em opções da unidade (avançada).
- Clique na partição que você quiser alterar, clique na opção de formatação desejada e siga as instruções.
- Quando a formatação terminar, clique em avançar.
- Siga as instruções para concluir a instalação do Windows 7, inclusive a nomenclatura do computador e a configuração de uma conta do usuário inicial.

Conceitos de pastas, arquivos e atalhos, manipulação de arquivos e pastas, uso dos menus

Pastas – são estruturas digitais criadas para organizar arquivos, ícones ou outras pastas.

Arquivos– são registros digitais criados e salvos através de programas aplicativos. Por exemplo, quando abrimos o Microsoft Word, digitamos uma carta e a salvamos no computador, estamos criando um arquivo.

Ícones– são imagens representativas associadas a programas, arquivos, pastas ou atalhos.

Atalhos–são ícones que indicam um caminho mais curto para abrir um programa ou até mesmo um arquivo.

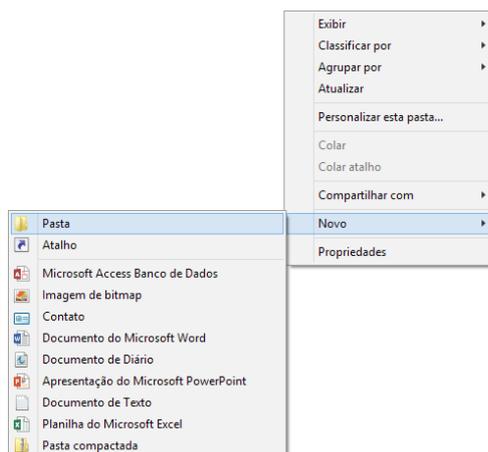
Criação de pastas (diretórios)

Figura 8: Criação de pastas

Clicando com o botão direito do mouse em um espaço vazio da área de trabalho ou outro apropriado, podemos encontrar a opção pasta.

Clicando nesta opção com o botão esquerdo do mouse, temos então uma forma prática de criar uma pasta.



Figura 9: Criamos aqui uma pasta chamada “Trabalho”.

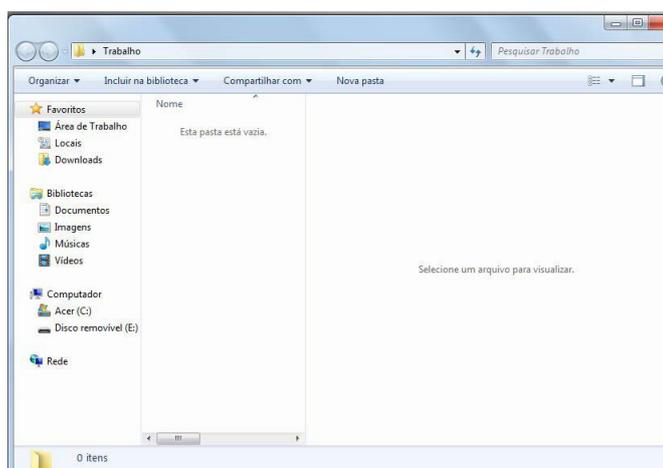


Figura 10: Tela da pasta criada

Clicamos duas vezes na pasta “Trabalho” para abri-la e agora criaremos mais duas pastas dentro dela: Para criarmos as outras duas pastas, basta repetir o procedimento botão direito, Novo, Pasta.

Área de trabalho

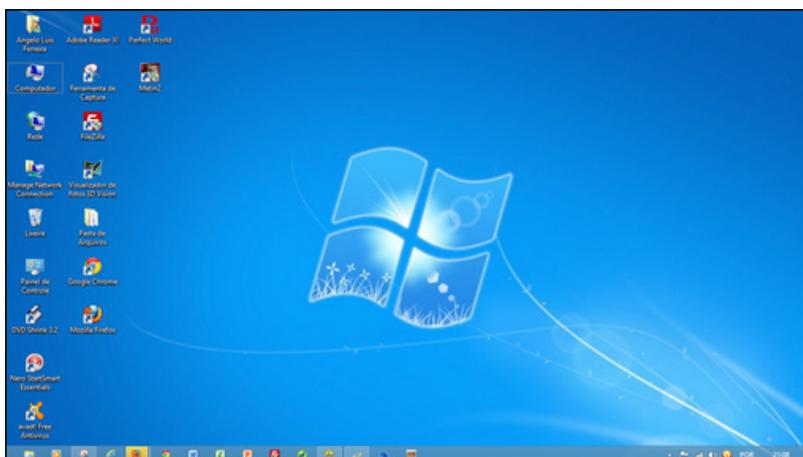


Figura 11: Área de Trabalho

A figura acima mostra a primeira tela que vemos quando o Windows 7 é iniciado. A ela damos o nome de área de trabalho, pois a ideia original é que ela sirva como uma prancheta, onde abriremos nossos livros e documentos para dar início ou continuidade ao trabalho.

Em especial, na área de trabalho, encontramos a barra de tarefas, que traz uma série de particularidades, como:



Figura 12: Barra de tarefas

1) Botão Iniciar: é por ele que entramos em contato com todos os outros programas instalados, programas que fazem parte do sistema operacional e ambientes de configuração e trabalho. Com um clique nesse botão, abrimos uma lista, chamada Menu Iniciar, que contém opções que nos permitem ver os programas mais acessados, todos os outros programas instalados e os recursos do próprio *Windows*. Ele funciona como uma via de acesso para todas as opções disponíveis no computador.

Através do botão Iniciar, também podemos:

- desligar o computador, procedimento que encerra o Sistema Operacional corretamente, e desliga efetivamente a máquina;
- colocar o computador em modo de espera, que reduz o consumo de energia enquanto a máquina estiver ociosa, ou seja, sem uso. Muito usado nos casos em que vamos nos ausentar por um breve período de tempo da frente do computador;
- reiniciar o computador, que desliga e liga automaticamente o sistema. Usado após a instalação de alguns programas que precisam da reinicialização do sistema para efetivarem sua instalação, durante congelamento de telas ou travamentos da máquina.
- realizar o *logoff*, acessando o mesmo sistema com nome e senha de outro usuário, tendo assim um ambiente com características diferentes para cada usuário do mesmo computador.

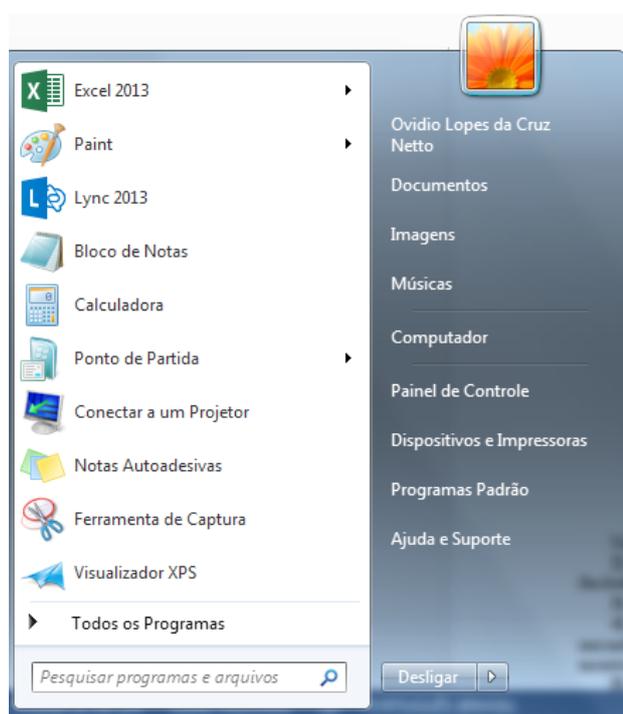


Figura 13: Menu Iniciar – Windows 7

Na figura a cima temos o menu Iniciar, acessado com um clique no botão Iniciar.

2) Ícones de inicialização rápida: São ícones colocados como atalhos na barra de tarefas para serem acessados com facilidade.

3) Barra de idiomas: Mostra qual a configuração de idioma que está sendo usada pelo teclado.

4) Ícones de inicialização/execução: Esses ícones são configurados para entrar em ação quando o computador é iniciado. Muitos deles ficam em execução o tempo todo no sistema, como é o caso de ícones de programas antivírus que monitoram constantemente o sistema para verificar se não há invasões ou vírus tentando ser executados.

5) Propriedades de data e hora: Além de mostra o relógio constantemente na sua tela, clicando duas vezes, com o botão esquerdo do mouse nesse ícone, acessamos as Propriedades de data e hora.

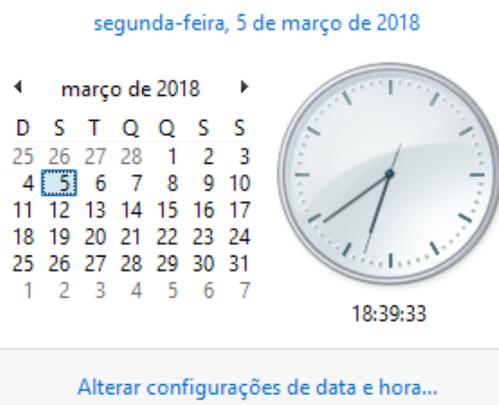


Figura 14: Propriedades de data e hora

Nessa janela, é possível configurarmos a data e a hora, determinar qual é o fuso horário da nossa região e especificar se o relógio do computador está sincronizado automaticamente com um servidor de horário na Internet. Este relógio é atualizado pela bateria da placa mãe, que vimos na figura 26. Quando ele começa a mostrar um horário diferente do que realmente deveria mostrar, na maioria das vezes, indica que a bateria da placa mãe deve precisar ser trocada. Esse horário também é sincronizado com o mesmo horário do SETUP.

Lixeira: Contém os arquivos e pastas excluídos pelo usuário. Para excluirmos arquivos, atalhos e pastas, podemos clicar com o botão direito do mouse sobre eles e depois usar a opção “Excluir”. Outra forma é clicar uma vez sobre o objeto desejado e depois pressionar o botão delete, no teclado. Esses dois procedimentos enviarão para lixeira o que foi excluído, sendo possível a restauração, caso haja necessidade. Para restaurar, por exemplo, um arquivo enviado para a lixeira, podemos, após abri-la, restaurar o que desejarmos.

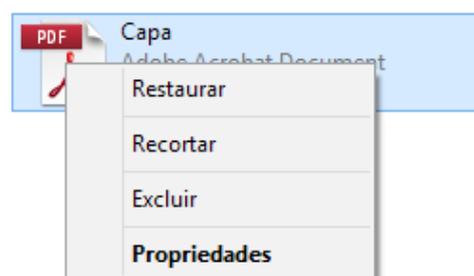


Figura 15: Restauração de arquivos enviados para a lixeira

A restauração de objetos enviados para a lixeira pode ser feita com um clique com o botão direito do mouse sobre o item desejado e depois, outro clique com o esquerdo em “Restaurar”. Isso devolverá, automaticamente o arquivo para seu local de origem.

Outra forma de restaurar é usar a opção “Restaurar este item”, após selecionar o objeto.

Alguns arquivos e pastas, por terem um tamanho muito grande, são excluídos sem irem antes para a Lixeira. Sempre que algo for ser excluído, aparecerá uma mensagem, ou perguntando se realmente deseja enviar aquele item para a Lixeira, ou avisando que o que foi selecionado será permanentemente excluído. Outra forma de excluir documentos ou pastas sem que eles fiquem armazenados na Lixeira é usar as teclas de atalho Shift+Delete.

A barra de tarefas pode ser posicionada nos quatro cantos da tela para proporcionar melhor visualização de outras janelas abertas. Para isso, basta pressionar o botão esquerdo do mouse em um espaço vazio dessa barra e com ele pressionado, arrastar a barra até o local desejado (canto direito, superior, esquerdo ou inferior da tela).

Para alterar o local da Barra de Tarefas na tela, temos que verificar se a opção “Bloquear a barra de tarefas” não está marcada.

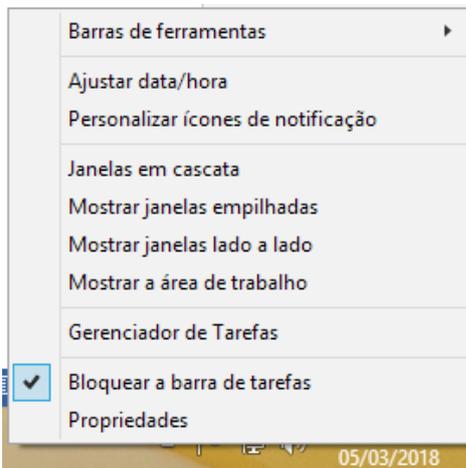


Figura 16: Bloqueio da Barra de Tarefas

Propriedades da barra de tarefas e do menu iniciar: Através do clique com o botão direito do mouse na barra de tarefas e do esquerdo em “Propriedades”, podemos acessar a janela “Propriedades da barra de tarefas e do menu iniciar”.

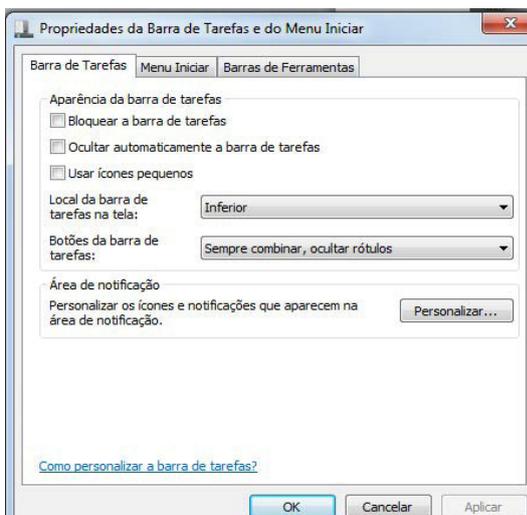


Figura 17: Propriedades da barra de tarefas e do menu iniciar

Na guia “Barra de Tarefas”, temos, entre outros:

-Bloquear a barra de tarefas – que impede que ela seja posicionada em outros cantos da tela que não seja o inferior, ou seja, impede que seja arrastada com o botão esquerdo do mouse pressionado.

-Ocultar automaticamente a barra de tarefas – oculta (esconde) a barra de tarefas para proporcionar maior aproveitamento da área da tela pelos programas abertos, e a exibe quando o mouse é posicionado no canto inferior do monitor.

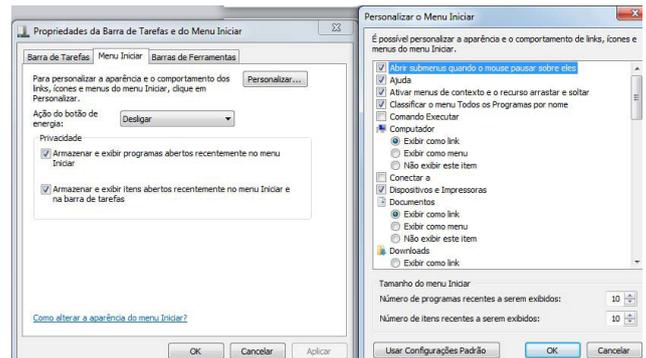


Figura 18: Guia Menu Iniciar e Personalizar Menu Iniciar

Pela figura acima podemos notar que é possível a aparência e comportamento de links e menus do menu Iniciar.

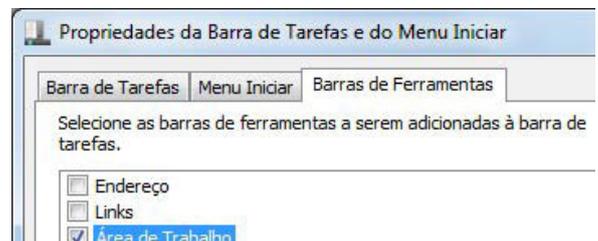


Figura 19: Barra de Ferramentas

Painel de controle

O Painel de Controle é o local onde podemos alterar configurações do Windows, como aparência, idioma, configurações de mouse e teclado, entre outras. Com ele é possível personalizar o computador às necessidades do usuário.

Para acessar o Painel de Controle, basta clicar no Botão Iniciar e depois em Painel de Controle. Nele encontramos as seguintes opções:

- Sistema e Segurança: “Exibe e altera o status do sistema e da segurança”, permite a realização de backups e restauração das configurações do sistema e de arquivos. Possui ferramentas que permitem a atualização do Sistema Operacional, que exibem a quantidade de memória RAM instalada no computador e a velocidade do processador. Oferece ainda, possibilidades de configuração de Firewall para tornar o computador mais protegido.



MATEMÁTICA

RACIOCÍNIO LÓGICO. NOÇÕES DE LÓGICA.**Raciocínio Lógico Matemático**

Os estudos matemáticos ligados aos fundamentos lógicos contribuem no desenvolvimento cognitivo dos estudantes, induzindo a organização do pensamento e das ideias, na formação de conceitos básicos, assimilação de regras matemáticas, construção de fórmulas e expressões aritméticas e algébricas. É de extrema importância que em matemática utilize-se atividades envolvendo lógica, no intuito de despertar o raciocínio, fazendo com que se utilize do potencial na busca por soluções dos problemas matemáticos desenvolvidos e baseados nos conceitos lógicos.

A lógica está presente em diversos ramos da matemática, como a probabilidade, os problemas de contagem, as progressões aritméticas e geométricas, as sequências numéricas, equações, funções, análise de gráficos entre outros. Os fundamentos lógicos contribuem na resolução ordenada de equações, na percepção do valor da razão de uma sequência, na elucidação de problemas aritméticos e algébricos e na fixação de conteúdos complexos.

A utilização das atividades lógicas contribui na formação de indivíduos capazes de criar ferramentas e mecanismos responsáveis pela obtenção de resultados em Matemática. O sucesso na Matemática está diretamente conectado à curiosidade, pesquisa, deduções, experimentos, visão detalhada, senso crítico e organizacional e todas essas características estão ligadas ao desenvolvimento lógico.

Raciocínio Lógico Dedutivo

A dedução é uma inferência que parte do universal para o mais particular. Assim considera-se que um raciocínio lógico é dedutivo quando, de uma ou mais premissas, se conclui uma proposição que é conclusão lógica da(s) premissa(s). A dedução é um raciocínio de tipo mediato, sendo o silogismo uma das suas formas clássicas. Iniciaremos com a compreensão das sequências lógicas, onde devemos deduzir, ou até induzir, qual a lei de formação das figuras, letras, símbolos ou números, a partir da observação dos termos dados.

Humor Lógico**Orientações Espacial e Temporal**

Orientação espacial e temporal verifica a capacidade de abstração no espaço e no tempo. Costuma ser cobrado em questões sobre a disposições de dominós, dados, baralhos, amontoados de cubos com símbolos especificados em suas faces, montagem de figuras com subfiguras, figuras fractais, dentre outras. Inclui também as famosas sequências de figuras nas quais se pede a próxima. Serve para verificar a capacidade do candidato em resolver problemas com base em estímulos visuais.

Raciocínio Verbal

O raciocínio é o conjunto de atividades mentais que consiste na associação de ideias de acordo com determinadas regras. No caso do raciocínio verbal, trata-se da capacidade de raciocinar com conteúdos verbais, estabelecendo entre eles princípios de classificação, ordenação, relação e significados. Ao contrário daquilo que se possa pensar, o raciocínio verbal é uma capacidade intelectual que tende a ser pouco desenvolvida pela maioria das pessoas. No nível escolar, por exemplo, disciplinas como as línguas centram-se em objetivos como a ortografia ou a gramática, mas não estimulam/incentivam à aprendizagem dos métodos de expressão necessários para que os alunos possam fazer um uso mais completo da linguagem.

Por outro lado, o auge dos computadores e das consolas de jogos de vídeo faz com que as crianças costumem jogar de forma individual, isto é, sozinhas (ou com outras crianças que não se encontrem fisicamente com elas), pelo que não é feito um uso intensivo da linguagem. Uma terceira causa que se pode aqui mencionar para explicar o fraco raciocínio verbal é o fato de jantar em frente à televisão. Desta forma, perde-se o diálogo no seio da família e a arte de conversar.

Entre os exercícios recomendados pelos especialistas para desenvolver o raciocínio verbal, encontram-se as analogias verbais, os exercícios para completar orações, a ordem de frases e os jogos onde se devem excluir certos conceitos de um grupo. Outras propostas implicam que sigam/respeitem certas instruções, corrijam a palavra inadequada (o intruso) de uma frase ou procurem/descubram antônimos e sinônimos de uma mesma palavra.

Lógica Sequencial

O Raciocínio é uma operação lógica, discursiva e mental. Neste, o intelecto humano utiliza uma ou mais proposições, para concluir através de mecanismos de comparações e abstrações, quais são os dados que levam às respostas verdadeiras, falsas ou prováveis. Foi pelo processo do raciocínio que ocorreu o desenvolvimento do método matemático, este considerado instrumento puramente teórico e dedutivo, que prescinde de dados empíricos. Logo, resumidamente o raciocínio pode ser considerado também um dos integrantes dos mecanismos dos processos cognitivos superiores da formação de conceitos e da solução de problemas, sendo parte do pensamento.

Sequências Lógicas

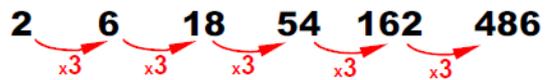
As sequências podem ser formadas por números, letras, pessoas, figuras, etc. Existem várias formas de se estabelecer uma sequência, o importante é que existam pelo menos três elementos que caracterize a lógica de sua formação, entretanto algumas séries necessitam de mais elementos para definir sua lógica. Algumas sequências são bastante conhecidas e todo aluno que estuda lógica deve conhecê-las, tais como as progressões aritméticas e geométricas, a série de Fibonacci, os números primos e os quadrados perfeitos.

Sequência de Números

Progressão Aritmética: Soma-se constantemente um mesmo número.



Progressão Geométrica: Multiplica-se constantemente um mesmo número.



Incremento em Progressão: O valor somado é que está em progressão.



Série de Fibonacci: Cada termo é igual a soma dos dois anteriores.

1 1 2 3 5 8 13

Números Primos: Naturais que possuem apenas dois divisores naturais.

2 3 5 7 11 13 17

Quadrados Perfeitos: Números naturais cujas raízes são naturais.

1 4 9 16 25 36 49

Sequência de Letras

As sequências de letras podem estar associadas a uma série de números ou não. Em geral, devemos escrever todo o alfabeto (observando se deve, ou não, contar com k, y e w) e circular as letras dadas para entender a lógica proposta.

A C F J O U

Observe que foram saltadas 1, 2, 3, 4 e 5 letras e esses números estão em progressão.

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T U

B1 2F H4 8L N16 32R T64

Nesse caso, associou-se letras e números (potências de 2), alternando a ordem. As letras saltam 1, 3, 1, 3, 1, 3 e 1 posições.

A B C D E F G H I J K L M N O P Q R S T

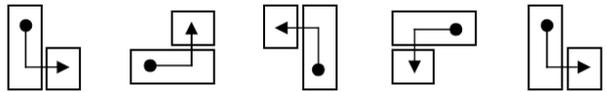
Sequência de Pessoas

Na série a seguir, temos sempre um homem seguido de duas mulheres, ou seja, aqueles que estão em uma posição múltipla de três (3º, 6º, 9º, 12º,...) serão mulheres e a posição dos braços sempre alterna, ficando para cima em uma posição múltipla de dois (2º, 4º, 6º, 8º,...). Sendo assim, a sequência se repete a cada seis termos, tornando possível determinar quem estará em qualquer posição.



Sequência de Figuras

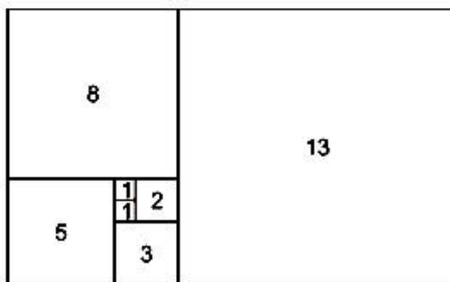
Esse tipo de sequência pode seguir o mesmo padrão visto na sequência de pessoas ou simplesmente sofrer rotações, como nos exemplos a seguir.



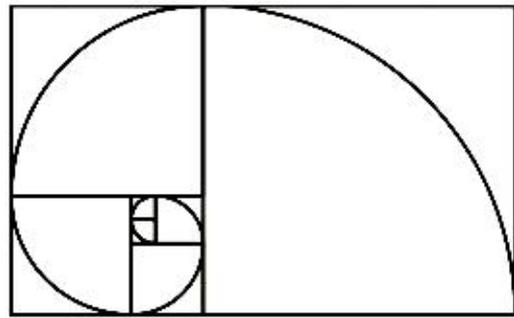
Sequência de Fibonacci

O matemático Leonardo Pisa, conhecido como Fibonacci, propôs no século XIII, a sequência numérica: (1, 1, 2, 3, 5, 8, 13, 21, 34, 55, 89, ...). Essa sequência tem uma lei de formação simples: cada elemento, a partir do terceiro, é obtido somando-se os dois anteriores. Veja: 1 + 1 = 2, 2 + 1 = 3, 3 + 2 = 5 e assim por diante. Desde o século XIII, muitos matemáticos, além do próprio Fibonacci, dedicaram-se ao estudo da sequência que foi proposta, e foram encontradas inúmeras aplicações para ela no desenvolvimento de modelos explicativos de fenômenos naturais.

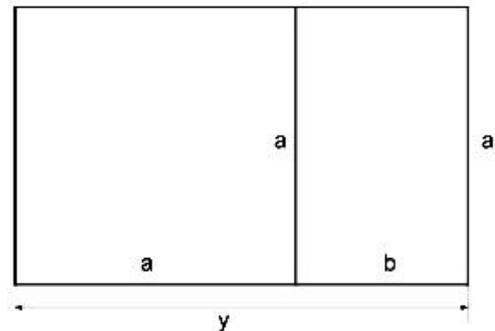
Veja alguns exemplos das aplicações da sequência de Fibonacci e entenda porque ela é conhecida como uma das maravilhas da Matemática. A partir de dois quadrados de lado 1, podemos obter um retângulo de lados 2 e 1. Se adicionarmos a esse retângulo um quadrado de lado 2, obtemos um novo retângulo 3 x 2. Se adicionarmos agora um quadrado de lado 3, obtemos um retângulo 5 x 3. Observe a figura a seguir e veja que os lados dos quadrados que adicionamos para determinar os retângulos formam a sequência de Fibonacci.



Se utilizarmos um compasso e traçarmos o quarto de circunferência inscrito em cada quadrado, encontraremos uma espiral formada pela concordância de arcos cujos raios são os elementos da sequência de Fibonacci.



O Partenon que foi construído em Atenas pelo célebre arquiteto grego Fídias. A fachada principal do edifício, hoje em ruínas, era um retângulo que continha um quadrado de lado igual à altura. Essa forma sempre foi considerada satisfatória do ponto de vista estético por suas proporções sendo chamada retângulo áureo ou retângulo de ouro.



Como os dois retângulos indicados na figura são semelhantes temos: $\frac{y}{a} = \frac{a}{b}$ (1).

Como: $b = y - a$ (2).

Substituindo (2) em (1) temos: $y^2 - ay - a^2 = 0$.

Resolvendo a equação:

$y = \frac{a(1 \pm \sqrt{5})}{2}$ em que $\left(\frac{1 - \sqrt{5}}{2} < 0\right)$ não convém.

Logo: $\frac{y}{a} = \frac{(1 + \sqrt{5})}{2} = 1,61803398875$

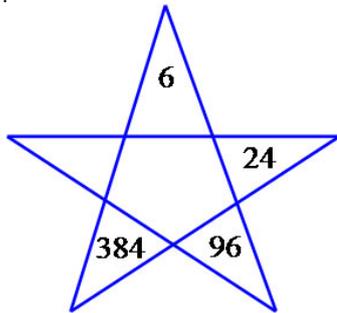
Esse número é conhecido como número de ouro e pode ser representado por:

$\theta = \frac{1 + \sqrt{5}}{2}$

Todo retângulo e que a razão entre o maior e o menor lado for igual a θ é chamado retângulo áureo como o caso da fachada do Partenon.

As figuras a seguir possuem números que representam uma sequência lógica. Veja os exemplos:

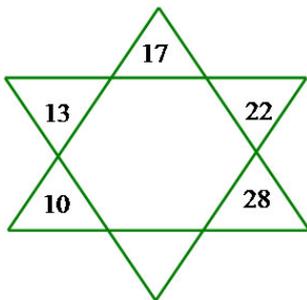
Exemplo 1



A sequência numérica proposta envolve multiplicações por 4.

- $6 \times 4 = 24$
- $24 \times 4 = 96$
- $96 \times 4 = 384$
- $384 \times 4 = 1536$

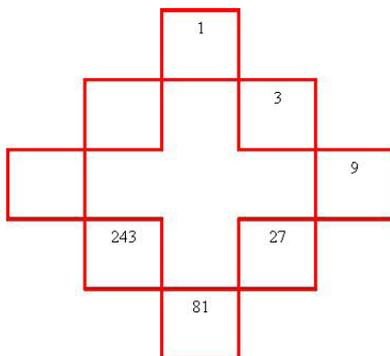
Exemplo 2



A diferença entre os números vai aumentando 1 unidade.

- $13 - 10 = 3$
- $17 - 13 = 4$
- $22 - 17 = 5$
- $28 - 22 = 6$
- $35 - 28 = 7$

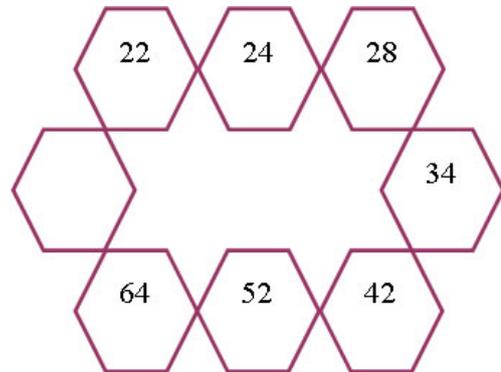
Exemplo 3



Multiplicar os números sempre por 3.

- $1 \times 3 = 3$
- $3 \times 3 = 9$
- $9 \times 3 = 27$
- $27 \times 3 = 81$
- $81 \times 3 = 243$

$243 \times 3 = 729$
 $729 \times 3 = 2187$
 Exemplo 4

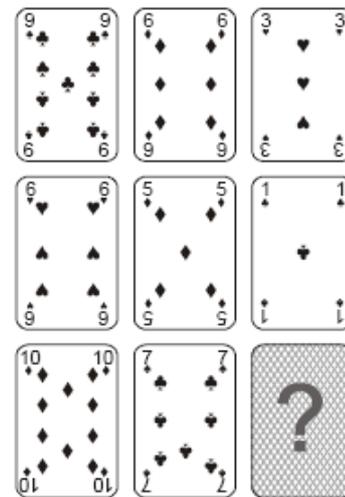


A diferença entre os números vai aumentando 2 unidades.

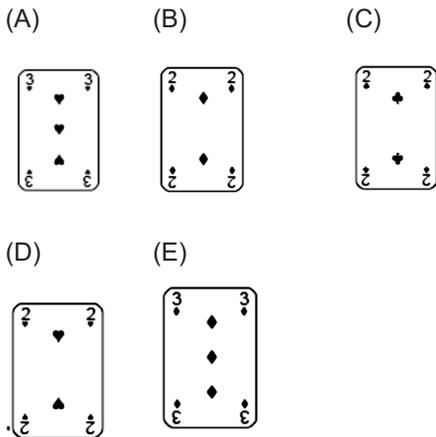
- $24 - 22 = 2$
- $28 - 24 = 4$
- $34 - 28 = 6$
- $42 - 34 = 8$
- $52 - 42 = 10$
- $64 - 52 = 12$
- $78 - 64 = 14$

QUESTÕES

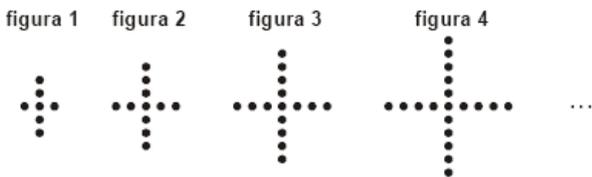
01. Observe atentamente a disposição das cartas em cada linha do esquema seguinte:



A carta que está oculta é:



02. Considere que a sequência de figuras foi construída segundo um certo critério.



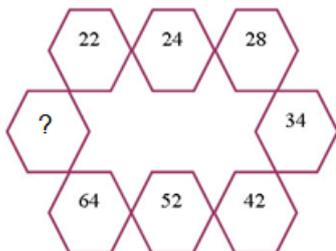
Se tal critério for mantido, para obter as figuras subsequentes, o total de pontos da figura de número 15 deverá ser:

- (A) 69
- (B) 67
- (C) 65
- (D) 63
- (E) 61

03. O próximo número dessa sequência lógica é: 1000, 990, 970, 940, 900, 850, ...

- (A) 800
- (B) 790
- (C) 780
- (D) 770

04. Na sequência lógica de números representados nos hexágonos, da figura abaixo, observa-se a ausência de um deles que pode ser:



- (A) 76
- (B) 10
- (C) 20
- (D) 78

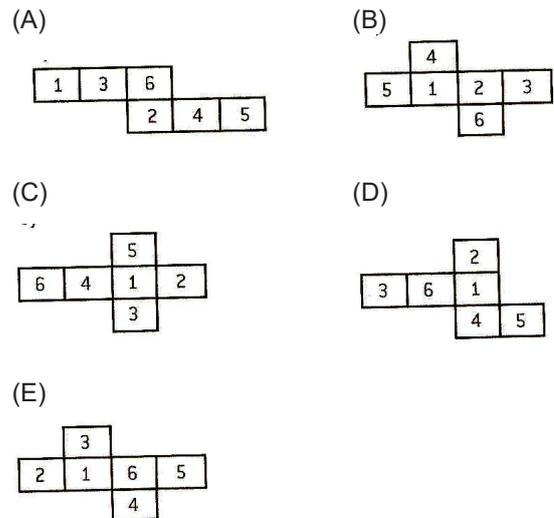
05. Uma criança brincando com uma caixa de palitos de fósforo constrói uma sequência de quadrados conforme indicado abaixo:



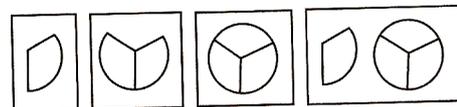
Quantos palitos ele utilizou para construir a 7ª figura?

- (A) 20 palitos
- (B) 25 palitos
- (C) 28 palitos
- (D) 22 palitos

06. Ana fez diversas planificações de um cubo e escreveu em cada um, números de 1 a 6. Ao montar o cubo, ela deseja que a soma dos números marcados nas faces opostas seja 7. A única alternativa cuja figura representa a planificação desse cubo tal como deseja Ana é:



07. As figuras da sequência dada são formadas por partes iguais de um círculo.



Continuando essa sequência, obtém-se exatamente 16 círculos completos na:

- (A) 36ª figura
- (B) 48ª figura
- (C) 72ª figura
- (D) 80ª figura
- (E) 96ª figura



ATUALIDADES

HISTÓRIA RECENTE DO BRASIL

BRASIL COLÔNIA

(1530-1822) - Descobrimento: Após a formação do Estado Nacional Português e a consolidação do absolutismo da Dinastia de Avis, os portugueses investiram em navegação, construindo a Escola de Sagres (fundada pelo Infante D. Henrique, que tinha a influência dos judeus (-cartografia) e árabes (astrolábio)), iniciando o processo de Expansão Marítima portuguesa que ficou chamada de pioneirismo português. Vinha bem a calhar encontrar outro caminho para as Índias, atrás das especiarias (noz moscada, canela, cravo e pimenta), pois o Mar Mediterrâneo estava monopolizado pelos Genoveses e Venezianos, impedindo as embarcações estrangeiras de navegar livremente, acontece que até 1453, nem mesmo os italianos puderam navegar, pois os Turcos Invadiram Constantinopla e fecharam a rota dos italianos. Mas os Portugueses já estavam cada vez mais atingindo o Sul da África, chegando ao cabo da Boa Esperança (cabo das Tormentas), Bartolomeu Dias abriu o trajeto para as Índias e consequentemente veio Vasco da Gama nas Índias em 1498. A Expedição de Vasco deu tanto lucro (60x) e o Rei D. Manoel enviou a expedição cabralina em 9 de março de 1500, com o dobro de navetas. Percebe-se o objetivo econômico da expedição. Os marinheiros destacavam-se por serem "cristãos - novos" (judeus convertidos ao catolicismo) Pedro Álvares Cabral é o capitão-mor da expedição, o escrivão Pero Vaz de Caminha descreve, não ter visto nem ouro nem prata, e percebe-se o aproveitamento da terra para agricultura "dar-se a nela tudo pelo bem das águas que tem", além de observar a necessidade de "salvar" os selvagens, relacionando a uma preocupação religiosa do escrivão. A Expedição Cabralina não deu lucro. Mas foi sempre lembrada, como mostra as poesias de Fernando Pessoa.

Período pré-colonial: esses trinta anos destacaram-se pelas expedições de reconhecimento, e comercial (houve um acordo liderado pelo comerciante Fernão de Noronha para monopolizar o pau Brasil) e das Expedições Guarda Costas, comandadas por Cristóvão Jacques, defendendo a terra dos piratas, corsários e estrangeiros que já exploravam o pau-brasil. Nesse período viviam somente indígenas na Ilha de Santa Catarina, mais tarde, na segunda metade, do século XVI, surgiram alguns cristãos, como Melchior, Ramirez e Enrique Montez.

Colonização: Nesse período destacamos a exploração do pau Brasil, onde os portugueses e franceses utilizavam a mão de obra indígena, utilizando o escambo (troca de mercadorias). Martim Afonso de Souza fundou a Vila de São Vicente e introduziu a cana-de-açúcar no Brasil. Iniciou o processo conhecido por Capitânicas Hereditárias, dividindo o Brasil em vários lotes de terra e distribuídas aos donatários. As únicas que prosperaram foram a de São Vicente e Pernambuco. O donatário da Capitania de Sant'Ana (onde hoje está o Estado de Santa Catarina) era Pero Lopes de Souza. Houve a criação do Governo-Geral

para administrar a Colônia, em destaque Tomé de Sousa e Mem de Sá. Vinda dos Jesuítas da Companhia de Jesus, instituição católica criada na Contrarreforma, iniciaram as fundações de vilas como São Paulo de Piratininga (Pde. José de Anchieta) e Rio de Janeiro (Estácio de Sá). Houve a Confederação dos Tamoios, onde os índios aliaram-se até com os Franceses para expulsar os portugueses do Brasil. Não teve resultados, pois a maioria dos indígenas estavam influenciados pelos jesuítas. O resultado foi a derrota dos tamoios e a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro.

Os Franceses tinham tentado invadir o Brasil fundando a França Antártica na Guanabara, mas foram expulsos por Estácio de Sá. Portugal acabou ficando sem herdeiro, e o rei Filipe da Espanha anexa os reinos, formando o domínio Espanhol (1580-1640), nessa fase, as terras de São Paulo são invadidas pelos Bandeirantes, realizando entradas e bandeiras. Geralmente eram financiados particularmente, sem apoio do rei. Não tinham normas nem leis, somente uma hierarquia militarizada.

Grupos indígenas de destaque¹

Tupis: habitavam principalmente o litoral brasileiro, desde o Rio Grande do Sul até o Amazonas. Ocuparam também trechos do interior do país. Entre as tribos que formavam esta nação, destacam-se: os tupinambás, os tupiniquins, os mundurucus e os parintintins.

Jês ou tapuias: comparado aos outros grupos, era o que se encontrava no mais atrasado estágio de desenvolvimento. Dominavam todo o planalto central; na região que corresponde atualmente ao oeste de Minas Gerais, o Estado de Goiás e do Mato Grosso. Eram encontradas algumas tribos também no Maranhão e no Piauí. Entre suas principais tribos destacam-se: timbiras, aimorés, goitacás, cariris, carijós e caiapós.

Aruak: O grupo Aruak ocupava uma extensa zona geográfica compreendida em parte do Amazonas e a ilha de Marajó. Fora do território brasileiro localizavam-se desde a Bolívia até a costa setentrional da Venezuela, para o Norte chegaram até a Flórida e para a o Sul atingiram a região do Paraguai. Eram considerados excelentes navegadores e em estágio bem adiantado de desenvolvimento possuindo agricultura organizada. As principais tribos Aruak em nosso país eram: aruãs, parecis, paumaris, cunibos, guanás e terenos.

Karib: O grupo Karib destacou-se como o grupo mais violento. Ocupavam a região do baixo Amazonas e parte do território do Amapá e Roraima. Em razão da prática da antropofagia, eram chamados canibais. Destacam-se: palmelas, pimenteiras, nauquás, bocairis, cotos, mariquitares e crixamas.

Organização social dos índios: Os costumes dos tupis ou tupinambás são os mais conhecidos em razão dos registros feitos pelos jesuítas e os viajantes estrangeiros durante o Período Colonial. O mesmo, entretanto, não ocorreu com os tapuias, avaliados pelos colonizadores como o exemplo máximo da barbárie e selvageria.

¹ "Descobrimento do Brasil - As relações familiares" em Só História. Virtuosa Tecnologia da Informação, 2009-2020. Consultado em 23/03/2020. Disponível na Internet em <http://www.sohistoria.com.br/ef2/descobrimento/p4.php>

Os índios vivem em tribos. Organização de um grupo de pessoas ligadas entre si por laços de sangue, com costumes e interesses comuns. Constroem sua aldeia em uma mesma área, falam a mesma língua, têm os mesmos costumes e união entre si.

Os Tupis moravam em malocas. Cada grupo local ou “tribo” tupinambá era composta de cerca de 6 a 8 malocas. A população dessas tribos girava em torno de 200 indivíduos, podendo atingir até 600.

As formas de organização das aldeias indígenas são distintas de um povo para outro. Algumas tribos preferem construir suas aldeias em forma de ferradura; já outras optam pela forma circular; outros, ainda, constroem uma única habitação coletiva.

A primeira fase foi o aprisionamento de índios, onde destacamos a figura de Raposo Tavares (era comum, a invasão de Reduções Jesuíticas, para aprisionar índios para escravizá-los. A igreja condenava a escravidão indígena, mas aceitava a negra), a segunda fase é a busca do ouro, onde podemos lembrar de Bartolomeu Bueno (Anhanguera) e Fernão Dias (o caçador de esmeraldas) e a terceira, o Sertanismo de contrato, onde o mais famoso é Domingos Jorge Velho, que foi contratado para matar Zumbi dos Palmares no Nordeste. Geralmente nessa última fase, os bandeirantes dedicavam-se principalmente, a pecuária. (Desterro (atual Florianópolis) foi fundada por um Bandeirante chamado Francisco Dias Velho, geralmente partiam de S. Vicente, por isso eram chamados de “Povoamento Vicentistas”). Após as descobertas das minas em Minas Gerais, houve uma super emigração para as minas e o bandeirismo foi chegando ao fim. No nordeste, houve as Invasões holandesas, primeiro em 1624 houve uma invasão na Bahia, que foi frustrada pelos portugueses, depois em 1630 os holandeses tomaram Pernambuco e implantaram um sistema de exploração do açúcar modernizando e estruturando a economia açucareira, destacamos a figura de Maurício de Nassau, como um governador tolerante com as dívidas dos senhores de engenho (o açúcar era plantado em grande escala no nordeste (solo de massapê), havia grandes latifúndios, monocultura e mão de obra escrava, a sociedade era patriarcal e não existia mobilidade social. O açúcar era produzido no Engenho, e também havia a criação de gados (pecuária) e economia de subsistência dos escravos), após a saída de Nassau, os holandeses exigiram o pagamento das dívidas dos senhores de engenho, resultou numa revolta conhecida como Insurreição Pernambucana, reunindo tropas de índios (Felipe Camarão) negros (Henrique Dias), colonos e senhores de engenho, resulta na expulsão dos holandeses do Brasil. Nessa época, também surgiu o Quilombo de Palmares, que reuniu grupos de negros que fugiam dos engenhos, onde criaram uma comunidade no nordeste liderada por Ganga Zumba e Zumbi, este acabou sendo assassinado pelo bandeirante contratado para destruir o quilombo. Os escravos eram considerados propriedades dos senhores, como simples instrumento de trabalho, ele deveria trabalhar para o sustento de seu dono. Em Santa Catarina, os portugueses tentavam defender a Ilha de Santa Catarina das invasões dos estrangeiros, principalmente, os espa-

nhóis. Assim, foram construídas as fortalezas (Santa Cruz de Anhatomirim, São José da Ponta Grossa e Santo Antônio de Ratonés) pelo engenheiro militar Brigadeiro José da Silva Paes, primeiro Governador da Capitania de Santa Catarina. Com a descobertas das minas de ouro em Minas Gerais, ocorreram muitas revoltas que foram chamadas de nativistas. pois lutavam por melhorias das colônias, mas não tinham pretensão de separar ou propor a independência do Brasil. A primeira ocorreu pela disputa e posse das minas entre os “paulistas” que eram os colonos e os “forasteiros” que eram os portugueses, chamados de “Emboabas”, esse conflito ficou conhecido por Guerra dos Emboabas. Também ocorreu uma revolta urbana em Vila Rica, onde Filipe dos Santos, denunciou as casas de fundição que exigiam a transformação das pepitas de ouro em barras, e derretiam as pepitas, mas espalhavam o ouro derretido. Filipe dos Santos fez diversas denúncias, mobilizou o povo de minas, mas acabou sendo condenado brutalmente pela coroa portuguesa, foi conhecida como Revolta de Filipe dos Santos. Em Minas Gerais, orgulham-se da história de Chico Rei, um ex-escravo que havia conseguido tornar-se proprietário de uma mina e a partir dela conseguia alforria para os escravos que trabalhavam por lá. Outras revoltas nativistas que ocorreram no Brasil foram: Revolta dos Beckman, que ocorreu no Maranhão, onde os senhores de Engenho revoltaram-se contra o monopólio de Portugal sobre a colônia, exigiram um maior fornecimento de escravos, chegaram a invadir uma missão indígena e tentaram escravizar alguns índios. A coroa portuguesa reagiu com força contra os revoltosos. Em Pernambuco ocorreu a Guerra dos Mascates, quando os mascates de Recife travam uma briga com os senhores de engenho de Olinda. Este fato resultou na emancipação de Recife. Em São Paulo, os paulistas expulsaram os jesuítas e criaram um rei para a vila, foi a Aclamação a Amador Bueno. Isso era só o começo, pois o que estava por vir iria abalar a coroa portuguesa, com a Inconfidência Mineira 1789 e a Conjuração Baiana 1798. Essas duas queriam a independência do Brasil. Também pudera, Portugal havia criado uma cobrança de 14 arrobas de ouro por ano, quem não pagava era decretada a derrama, uma espécie de penhora, que arrancava tudo dos fazendeiros e mineiros. Então, em Minas Gerais, surgiram ideias de liberdade, principalmente vinda da elite, reuniam-se secretamente e sugeriam a possibilidade de um golpe de separação, o líder era Tiradentes, a conspiração deu errado, pois foram acusados e condenados, porém apenas Tiradentes foi morto. Na Bahia, o líder da Conjuração Baiana era João de Deus, um negro que movimentou uma revolta que resultaria na independência do Brasil, a coroa reagiu rapidamente contra o povo. Diferente de Minas Gerais, a Conjuração Baiana havia participação popular, e queriam a abolição dos escravos, já em Minas, havia somente uma conspiração armada pela elite. Nessa época, os açorianos vieram para Santa Catarina, eles viviam num estado de pobreza na ilha dos Açores, no entanto Portugal queria povoar mais o Brasil, para isso, a coroa prometeu aos açorianos utensílios, como ferramentas e animais. Após esse episódio, a coroa portuguesa fugiu de Portugal, por causa

da ameaça de Napoleão, D. João VI, o Príncipe regente não queria cortar relações com a Inglaterra, e planejaram a fuga, vieram ao Brasil, instalaram-se no Rio de Janeiro, esse episódio foi conhecido como a vinda da Família Real ao Brasil.

Paraná: movimentos de ocupação do território²

A primeira fase da ocupação do território paranaense ocorreu do litoral em direção ao Terceiro Planalto. Nos primeiros anos do século XVI, a região sul ficou relegada a um plano secundário na colonização portuguesa em terras brasileiras, pois os interesses da corte estavam voltados para as zonas produtoras de cana-de-açúcar.

Os primeiros registros cartográficos portugueses que indicam o Paraná foram feitos em torno do ano de 1570 e apontam a região de Paranaguá, Guaraqueçaba e Cananéia, na Capitania de São Vicente. De acordo com o geógrafo e pesquisador Reinhard Maack, deportados e naufragos das expedições portuguesas de 1501 a 1503 se estabeleceram no território paranaense. "Partindo de Cananéia, os portugueses ocuparam primeiramente a Ilha da Cotinga, na Baía de Paranaguá, tendo iniciado, com isto, a conquista do estado do Paraná. Os portugueses também se apoderaram das terras circundantes da Baía como esfera de interesse da Coroa de Portugal" (DUARTE, 2009). No final do mesmo século, bandeirantes de São Vicente, Santos e São Paulo passaram a organizar expedições para caçar os índios carijós nos territórios hoje paranaense e catarinense.

Em 1640 Gabriel de Lara fundou a vila de Paranaguá e, de acordo com os registros feitos em São Paulo, de 27 de novembro de 1649, foi o primeiro a registrar a existência de ouro na cidade. A partir dessa notícia, teve início a ocupação dessa região a fim de garantir a posse das minas encontradas e das que poderiam ser descobertas. Além de Paranaguá, os estudos de Romário Martins (1907) apontaram os vales do Ribeira, Iguape e Cubatão como principais zonas de penetração de mineradores e pesquisadores no caminho para o planalto.

Em 1670, acontece a instalação da Real Casa de Fundição em Paranaguá (FERREIRA, 1954). Por cerca de 200 anos, o ouro foi uma maldição para os portugueses que viviam no Brasil, eles o buscavam sem parar, às vezes o encontravam e em muitas ocasiões não encontravam nada. Mas foi graças a essa busca incessante pelo metal que o Paraná foi fundado.

De Paranaguá, Gabriel de Lara subiu ao planalto, em direção ao chamado Arraial de Cima, em busca de ouro e, por volta de 1648, fundou a Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Dessa forma, Curitiba nasceu das povoações provenientes da expansão de Paranaguá e, em 1693, recebeu o predicamento de vila.

Até a descoberta dos garimpos de Vila Rica em Minas Gerais, em torno de 1680, a produção de ouro, que nunca chegou a ser grande, foi totalmente concentrada na Capitania de São Vicente, no território que hoje é o Paraná. No entanto, quando o ouro deixou de ser um sonho de rique-

zas, o litoral de Paranaguá e os campos de Curitiba passaram a ser uma única base geográfica para uma mesma comunidade paranaense. (BALHANA; MACHADO; WEST-PHALEN, 1969, p. 39).

Com o início do ciclo do ouro em Minas Gerais, uma forte migração ocorreu levando grandes levas da população e relegando a região do Paraná ao esquecimento. Essas mudanças trouxeram graves consequências sociais e econômicas, mas graças a ela conseguimos traçar a importância da atividade mineradora para a região durante o século XVII. A presença dos garimpeiros, que se fixaram na região, ajudou no processo de povoamento e de domínio territorial. A aprendizagem e a experiência adquirida com a mineração por quase um século, fez do Paraná uma espécie de protótipo para que se desenvolvesse a tecnologia necessária a essa atividade. E permitiu que depois ela fosse aplicada em outras regiões.

A atividade de mineração representa um dos mais importantes papéis na história do Brasil. A busca por ouro e prata é justificada por causa das proibições em relação a outros tipos de mineração, à produção de sal e à metalurgia. Essas atividades eram consideradas crimes, e muitas delas puníveis com a morte.

Das vilas criadas nessa época originadas pela mineração, podemos citar: as localidades de Bateias e Ouro Fino, cujos nomes expressam imediatamente a importância desse período nessa região.

A Família Real no Brasil (1808-1822)³

A vinda da família Real para o Brasil contribuiu para a antecipação da tão esperada Independência do Brasil. Quando instalada no país, a família portuguesa implementou avanços percebidos até hoje na economia e cultura brasileira.

Na época, Portugal dependia da Inglaterra. Essa dependência era financeira e política. Não respeitando o Bloqueio Continental, a família real foi orientada pelo Lord Strangford (embaixador inglês) a mudar seu governo português para o Brasil.

O objetivo de Napoleão era dominar o Império Português. Percebendo que isso poderia acontecer a qualquer momento, o Príncipe-Regente D. João, resolveu acatar o conselho de Lord Strangford. O príncipe queria garantir que, posteriormente, Portugal conseguisse a Independência.

Foi acordado que os guardas ingleses protegessem a Corte Portuguesa e garantiriam que chegando ao Brasil o governo português teria legitimidade. Em troca, a Ilha da Madeira seria da Inglaterra enquanto durasse a guerra com os franceses. Os ingleses também teriam direito a utilizar os portos do Brasil.

Com o objetivo de ocupar Portugal, a França aliou-se com a Espanha e, juntos, fizeram o Tratado de Fontainebleau. O tratado era para permitir o traslado das tropas da França pelos limites das terras espanholas. Em contrapartida, a Espanha poderia ficar com sua "fatia" de terras portuguesas.

² <http://www.historia.seed.pr.gov.br>

Em novembro de 1807, ocorreu o embarque para a vinda da família Real para o Brasil antes da invasão de Portugal pelas tropas francesas.

Com a vinda da família Real para o Brasil, Portugal tinha a oportunidade de continuar seu comércio com os países em que mantinha aliança. Essa manobra era para conservar seu reinado e seu capital.

Napoleão foi pego de surpresa e ao chegar em Lisboa, afirmou tomá-la para si, como mencionado anteriormente, encontrou uma monarquia falida, sem riquezas e desestruturada.

A vinda da família Real para o Brasil ocorreu em condições insalubres de viagem e durou 54 dias. O príncipe governante chegou a Salvador no dia 22 de janeiro de 1808.

Ainda na capital baiana, Dom João disponibilizou os portos brasileiros às nações amigas, possibilitando que embarcações estrangeiras comercializassem com liberdade nos portos do Brasil. Essa medida impactou positivamente na economia do país.

De Salvador, a comitiva seguiu para o Rio de Janeiro, desembarcando em 08 de março de 1808. Nesse momento, a cidade carioca se transformou na capital do cortejo português.

A História Antes da Vinda da Família Real para o Brasil

Para contextualizar a vinda da família Real para o Brasil, é importante mencionar que no início do século XIX, a França e a Inglaterra eram países capitalistas industriais. Já Portugal, ainda era um país mercantilista.

Posto isso, Portugal era dependente da Inglaterra econômica e politicamente. Essa dependência é caracterizada pelo Tratado de Methuen (Panos e Vinhos). O tratado em questão foi assinado em 1703 e consistia no consumo de têxteis pelos portugueses e no consumo de vinho pelos britânicos.

Nesse período, a França era governada por Napoleão Bonaparte, o qual defendia os interesses da burguesia francesa. Ele almejava arruinar a Inglaterra. Os dois países entram em conflito e a Inglaterra vence. Com isso, a França reage.

Cerca de 14 anos de disputas. A França era detentora de todo território terrestre e os ingleses ficavam com a parte marítima. Isso foi evidenciado pela Batalha de Trafalgar, em 1805 (disputa naval da França - juntamente com a Espanha - contra o Reino Unido).

Fica evidente que Napoleão possuía hegemonia sobre todo o continente, com exceção da Grã-Bretanha.

A partir daí, Napoleão Bonaparte estabelece o Bloqueio Continental, em 1806, em Berlim, a fim de "matar" a economia britânica. Com isso, ele proibia o contato comercial com o Reino Unido pelos países dominados por ele.

Caso quisessem arriscar, os países que não acatassem o Bloqueio Continental, seriam submetidos a invasão pelas tropas francesas.

Benfeitorias da Estadia Portuguesa no Brasil

A vinda da família Real para o Brasil acarretou em mudanças extremas. Permanecendo por um mês na Bahia, fez melhorias na região.

Com a chegada da família, criou-se a Junta do Comércio e a Escola de Cirurgia (que depois virou a Faculdade de Medicina do Estado). Eles também inseriram o Passeio Público e as obras do Teatro São João, que após sua conclusão, tornou-se a casa de espetáculos mais respeitada e renomada do país.

Com a vinda da família Real para o Brasil, também se criou o Museu da Biblioteca Nacional, Imprensa régia, o Banco do Brasil, a Academia Militar e da Marinha e a Academia de Belas Artes. Todas essas criações dão frutos até hoje e causaram impacto positivo na vida dos brasileiros.

Além dessas, outras medidas culturais também foram adotadas pela família portuguesa, como:

- Fundação do Observatório Astronômico;
- Concepção de cursos;
- Missão Artística Francesa (que estimulou o desenvolvimento das artes);
- Biblioteca Real;
- Concepção da Escola Real de Artes e do Teatro Real de São João.

BRASIL IMPÉRIO

(1822-1889) Antecedentes: junto com a família real, veio uma porção de artistas e intelectuais. D. João VI decretou a abertura dos portos, liberou as manufaturas, elaborou o projeto do Jardim Botânico e fundou o Banco do Brasil. Seu filho príncipe D. Pedro I estava sendo preparado para assumir o trono português. Após a morte de Maria Louca e o Congresso de Viena. O Brasil tornou-se reino em 1815 Com a Revolução Liberal em Portugal D. João VI voltou à Portugal e deixou como regente no Brasil, seu filho D. Pedro I. Portugal exigiu a volta de D. Pedro I para Portugal, porém, ele estava apoiado pelo povo e enfrentou as tropas portuguesas e decidiu ficar no Brasil. Era o Dia do Fico.

Independência: Quando Portugal enviou uma mensagem exigindo que o Brasil deveria depender absolutamente de Portugal, D. Pedro I entendeu que eles não confiavam nele como regente, era um simples bedel, então ele decide tornar o Brasil independente logo depois que recebeu a mensagem São Paulo, em 1822. Não foi um ato isolado, como podemos ver, foi um processo que levou até a independência, surgiu devagar, desde as revoltas nativistas, até as inconfidências, mas foi marcada pelo espírito liberal da maçonaria, que foi importante nesse processo. No entanto, ocorreram diversas reações contrárias a Independência do Brasil, algumas províncias não reconheceram a independência, como Bahia, Pará e Cisplatina. Em Santa Catarina, as vilas litorâneas comemoraram a independência. O Primeiro Reinado teve início, um pouco conturbado, pois logo que D. Pedro I percebeu que o congresso queria "controlá-lo" fechou-o, e em seguida criou uma Constituição, a Constituição de 1824 onde somente

3 <https://www.educamaisbrasil.com.br/enem/historia/a-vinda-da-familia-real-para-o-brasil>

a população absolutamente melhor de vida poderia votar (voto censitário), além do quarto poder, o Poder Moderador que lhe dava direitos absolutistas, o pior era o unitarismo, que dava plenos poderes ao Rio de Janeiro de comandar o resto do país, por exemplo, Santa Catarina teria de enviar todo o imposto recolhido aqui para o Rio, e o próprio governador não seria um catarinense, um carioca provavelmente. Essa constituição levou alguns estados a rebelarem-se contra D. Pedro I, no Nordeste ocorreu a Confederação do Equador, várias províncias uniram-se lideradas por Frei Caneca (mesmo o estado e a igreja andarem de mãos dadas, existiam padres que não apoiavam as maluquices do Imperador, estavam descontentes com D. Pedro I, que havia outorgado a Constituição de 1824). D. Pedro I enviou tropas emprestadas dos ingleses (criando a dívida externa) e mataram os revoltosos inclusive Frei Caneca. O Brasil entrou numa guerra contra os argentinos, pois estavam perdendo a posse da Cisplatina, a província abaixo do Rio Grande do Sul. Na Guerra da Cisplatina D. Pedro I não perdeu só um enorme contingente, como perdeu a província (que se tornou Uruguai) e sua popularidade. Sua vida pessoal não andava bem, os escândalos envolvidos com a morte de sua primeira esposa, a relação com sua amante, a Marquesa de Santos (que levou ao rompimento com José Bonifácio), e a crescente oposição que acusava seus amigos de corruptos (Francisco Gomes, o Chalaça), D. Pedro casou-se de novo, com uma princesa de Munique, a Amélia. Mas depois, envolveu-se num outro escândalo, na morte de um jornalista de oposição, Líbero Badaró. A situação ficou muito ruim que ele decidiu Abdicar do trono, voltou a Portugal e lutou com o próprio irmão D. Miguel, pelo trono que era por direito de sua filha. Deixou a coroa no Brasil para o seu filho com apenas 4 anos. O Brasil passou a ser governado por regentes.

Regência: Existiu inicialmente uma Regência Trina e depois, uma Regência Uma. Apesar do Brasil ter vivido uma experiência "presidencialista" foi uma fase marcada por revoltas por todo o império, as províncias rebelaram-se contra o governo. Este por sua vez criou a Guarda Nacional nessa época, temos como destaque o líder da Guarda, Luís Alves Lima, o Duque de Caxias. As revoltas regências foram:

- **Cabanagem:** no Grão-Pará, o povo revoltou-se contra os regentes, teve apoio da elite, mas a revolta tornou-se popular, logo foi massacrado pelas tropas do governo.

- **Balaçada:** no Maranhão, os vaqueiros e balaieiros lutaram num conflito contra a regência, o movimento tornou-se uma guerrilha e não acabou nada bem para a camada popular que foi massacrada por Duque de Caxias.

- **Sabinada:** na Bahia, a elite apoiou as ideias de Francisco Sabino, que sugeriu a separação da Bahia do Brasil. As tropas massacraram os revoltosos.

A Farrapilha Foi a mais famosa revolta, os farrapos chegaram a fundar a República no Rio Grande e a República Juliana em Santa Catarina, com o apoio de Giuseppe Garibaldi e Davi Canabarro. O líder dos Farrapos era Bento Gonçalves. Estavam descontentes com a má distribuição fiscal e sobre o preço do charque. Mais tarde

entraram num acordo com o Imperador e o Rio Grande e Santa Catarina voltaram a fazer parte do Império. Duas influentes tendências políticas Conservadores e liberais, prepararam um golpe e colocaram no poder o D. Pedro II antes do tempo (com 14 anos) foi o Golpe de Maioridade, em 1840.

Dando início ao Segundo Reinado. Ocorreram muitas mudanças no Brasil neste curto espaço de tempo (1840-1889), inicialmente houve conflitos Liberais de Diogo Feijó e depois a praieira de Pedro Ivo em Pernambuco, a Revolta Praieira recebia influência das revoltas liberais que ocorriam na Europa, eram contra os antigos regimes, e nesse caso atacavam o absolutismo de D. Pedro II (pois este manteve o poder moderador), para tentar agradar tanto conservadores e liberais, maçons e religiosos, D. Pedro II criou um Parlamentarismo às avessas, que tinha como diferença do Inglês, a indicação do próprio D. Pedro II para ser o Primeiro-Ministro (Na Inglaterra o Primeiro-ministro é escolhido pelo parlamento), procurou estabelecer algumas mudanças na economia, como a criação da Tarifa Alves Branco, que era uma espécie de Protecionismo de nossos produtos (criou taxas alfandegárias para produtos importados). Isso de certa forma, fortaleceu a economia nacional, surgindo a possibilidade da criação tímida de algumas indústrias. Figuras como Irineu Evangelista de Souza (Barão de Mauá) destaca-se no cenário como industrial, cria uma fábrica de fundição de ferro, construindo maquinários e estradas de ferros, iluminando a cidade do Rio de Janeiro e controlando o transporte fluvial da Amazônia. Mas o descalço de D. Pedro II, associado às sabotagens da Inglaterra em suas empresas, arruinaram o industrial, atrasando mais a indústria brasileira. Na questão agrária, destacamos o café, como principal produto. No entanto, houve um desequilíbrio ecológico que levou a desertificação do café no Vale do Paraíba, levando inúmeros fazendeiros à falência. O Café foi reintroduzido no Oeste Paulista, utilizando novos recursos e investimentos, além da utilização de mão de obra assalariada (no Vale do Paraíba era utilizada mão de obra escrava), elevou a produção do café e garantiu o preço e o bem estar dos novos barões do café. Os escravos foram aos poucos conquistando alguns direitos. A Inglaterra tinha interesse em libertá-los pois tornariam consumidores de seus produtos, então faziam de tudo para que o Brasil fizesse a abolição. A primeira foi a Lei Eusébio Queiroz, proibindo o tráfico de escravos no Brasil, depois a Lei do Ventre Livre, a Lei do Sexagenário e finalmente a Lei Áurea, foi quarenta anos de campanha abolicionista. Em Santa Catarina, destacamos o poeta Cruz e Sousa, que era negro e abolicionista, pregava a igualdade entre as pessoas, participou do movimento simbolista, presentes em suas obras (Broqueis, Faróis, Últimos Sonetos...) Cruz e Sousa vivia no Desterro (atual Florianópolis) Com a diminuição dos escravos após a Lei Eusébio de Queiroz, o Imperador criou planos para a vinda de imigrantes europeus, italianos, alemães, austríacos, poloneses...a grande maioria dos italianos ficaram em São Paulo, e foram trabalhar nas Fazendas de café, alguns instalaram-se no Rio Grande do Sul. Os alemães tornaram-se proprietários nas colônias de povoamento do



CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ESTADO, GOVERNO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: CONCEITOS, ELEMENTOS, PODERES E ORGANIZAÇÃO; NATUREZA, FINS E PRINCÍPIOS.

O Estado é a organização política, com o fim específico e essencial de regulamentar, globalmente, as relações sociais entre os membros da população de seu território. O Estado Brasileiro é denominado “República Federativa do Brasil”, nome que traduz nossa forma de governo (a república).

O Governo é o conjunto de órgãos supremos, a quem a constituição incumbe o exercício do poder de político.

Já a Administração Pública é o conjunto de órgãos dependentes, subordinados ao Poder Político (Governo), organizados material, financeira e humanamente, para a execução das decisões políticas.

O Mestre JOSÉ AFONSO DA SILVA leciona que “A organização administrativa no Estado federal é complexa, porque a função administrativa é institucionalmente imputada a diversas entidades governamentais autônomas, que, no caso brasileiro, estão expressamente referidas no próprio art. 37, de onde decorre a existência de várias Administrações Públicas: a federal (da União, a de cada Estado (Administração estadual), a do Distrito Federal e a de cada Município (Administração municipal ou local), cada qual submetida a um Poder político próprio, expresso por uma organização governamental autônoma” — (in ‘Curso de Direito Constitucional Positivo’, 7ª ed. Saraiva, p.551).

O Estado, modernamente, é criação do homem, para instrumentar a realização das necessidades comuns e identidades de nacionais. Como criação dos indivíduos, o Estado há de se relacionar com eles com o máximo respeito às suas garantias e direitos. Naturalmente, esses direitos e garantias individuais são bem definidos num estatuto maior, que exprime os poderes e os deveres do Estado, bem como a proteção dos indivíduos.

A Administração Pública é todo o aparato do Estado para realizar o mister (tarefa) para o qual foi criado, desde a proteção das fronteiras, segurança da paz, até as mínimas necessidades comuns das pessoas, que também se compreendem naquela tarefa. Enfim, a administração pública é a gestão dos interesses da coletividade, realizada pelo Estado, que, concretamente, age para satisfazer a conservação da estrutura social, do bem estar individual das pessoas e o progresso social.

Por isso o Prof. HELY LOPES MEIRELLES ensina que “A Administração é o instrumental de que dispõe o Estado para por em prática as opções políticas do Governo. Isto não quer dizer que a Administração não tenha poder de decisão. Tem. Mas o tem somente na área de suas atribuições e nos limites legais de sua competência executiva, só podendo opinar e decidir sobre assuntos jurídicos, técnicos, financeiros, ou de conveniência e oportunidade administrativas, sem qualquer faculdade de opção política sobre a matéria” — (in “Direito Administrativo Brasileiro Administrativo Brasileiro Administrativo Brasileiro Administrativo Brasileiro”, 5ª ed. RT, p.44).

Elementos do Estado

O Estado é composto de três elementos inseparáveis: seu povo (as pessoas, seres humanos que o integram), seu Território (o espaço de terra, dentro dos respectivos limites, que constitui seu corpo físico) e o Governo Soberano (o poder absoluto com que aquele povo se autodetermina e se auto-organiza, impondo-se perante outros Estados).

Poderes do Estado

O Estado moderno, perfilhando a clássica divisão de Montesquieu, tem sua estruturação político constitucional tripartida em Poderes, com os quais norteará a sua organização e seu desideratum: “Poder Executivo”, “Poder Legislativo” e “Poder Judiciário”. Cada um desses poderes “administrará” (realizará suas tarefas) em uma distinta área:

(O Executivo executará as leis e realizará obras e serviços, para o atendimento das necessidades da população.

(O Legislativo “administrará” a fiscalização da atividade do Executivo e do Judiciário e, ainda, traçará as regras (leis) de convivência social.

(O Judiciário prestará o serviço de resolver todos os conflitos entre os interesses das pessoas, aplicando a lei correta para cada caso; atuará, ainda, no controle dos atos administrativos tanto do Legislativo, quanto do Executivo.

Estrutura Administrativa

Essa é a razão pela qual a estruturação administrativa é correlacionada com a organização do Estado e sua respectiva forma de governo. No caso brasileiro em que o Estado é Federativo, sob governo Republicano Presidencialista, numa democracia representativa, assegurando-se autonomia à União, aos Estados Membros e aos Municípios — a estrutura administrativa se desenvolverá nesses quatro distintos níveis governamentais quatro distintos níveis governamentais quatro distintos níveis governamentais.

Assim, rigorosamente, quatro são as espécies de Administração Pública:

1) a Administração Pública Municipal, que zelará pelos interesses da população local, atuando nos limites do território do município;

2) a Administração Pública Estadual, que promoverá todas as iniciativas para satisfazer os interesses da população de sua região (Estado), atuando nos limites do território do Estado-membro;

3) a Administração Pública do Distrito Federal, que se empenhará em atender os interesses da população residente na área territorial do Distrito Federal;

4) a Administração Pública Federal, representada pela União, que terá por dever administrar os interesses nacionais em geral, atuando em toda a extensão do território nacional

Entidades Políticas e Administrativas

Toda organização administrativa é correlacionada com a estrutura do Estado e sua respectiva forma de governo. No caso brasileiro em que o Estado é Federativo, sob governo Republicano Presidencialista, numa democracia representativa — opera-se a repartição a quatro entidades políticas: União, aos Estados Membros, Distrito Federal e aos Municípios — cada uma delas com autonomia administrativa.

É o que estabelece o art.18 da Constituição Federal, ao proclamar que “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”.

Atente-se a que nossa estruturação federativa, dentre as Entidades Políticas, inusitadamente, inclui os municípios os dentre seus componentes — algo estranho para a concepção doutrinária de que uma Federação é uma forma de estado, que se caracteriza pela existência de vários Estados (quase-Países), que, internamente são bastante autônomos, mas, perante os demais Países, apresentam-se reunidos sob um único poder central soberano.

Por isso, nossa estrutura federativa — com quatro Entidades Políticas — é tachada pelos Constitucionalistas como arrematada anomalia, argumentando que os Municípios não passam de divisão territorial e administrativa dos Estados-membros — conforme se vê na crítica de JOSÉ AFONSO DA SILVA, de que “Foi equívoco o constituinte incluir os Municípios como componente da federação. Município é divisão política do Estado-membro. E agora temos uma federação de Municípios e Estados, ou uma federação de Estados? faltam outros elementos para a caracterização de federação de Municípios” — (in ‘Curso de Direito Constitucional Positivo’, 7ª ed.Rev.Trib., pg.91).

Inspiração da Constituição dos Estados Unidos da América, a repartição do poder estatal entre as Entidades Políticas visa a descentralizar o poder estatal, minimizando os riscos de uma excessiva concentração de poder político e, mais que isso, aproximando o Poder Político das peculiaridades regionais de um território, e locais, no caso brasileiro, com a inclusão do Município dentre as Entidades Políticas

Entidades Administrativas

Como se confere no texto do mesmo art.18 da Constituição Federal — “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição” — o legislador constituinte não só reconheceu essas quatro Entidades como parte da organização política, como cometeu a elas a própria organização administrativa da República Federativa do Brasil.

Já as atividade pela qual as autoridades satisfazem necessidades do interesse público, valendo-se das prerrogativas do poder — estas são desempenhas pelas Entida-

des Administrativas — vale dizer, pelos Órgãos e Agentes Públicos, de cada uma daquelas Entidades Políticas — que comporão a Administração Pública propriamente dita.

Efetivamente, o ordenamento jurídico constitucional reparte a tarefa administrativa às Entidades Administrativas — fazendo expressa a competência da União, e residual a competência dos Estados-membros: a competência destes é tudo que não seja da competência da União.

Destaque-se aqui a similitude constitucional do Distrito Federal aos Estados-membros, e que também integra ainda organização federativa, como uma das Entidades Administrativas, gozando de igual autonomia, e dotado de personalidade jurídico-política e competência própria (arts. 23 e 32, § 1º, da CF).

Mas, como Entidade Administrativa, a União também é dotada de alguma competência (ou poderes) implícita, assim entendida aquela que é decorrência lógica de suas competências expressas, ou aquela imprescindível para que suas competências possam ser exercidas.

Também o Município é reconhecido como Entidade Administrativa, inclusive gozando de autonomia — a ponto de elaborar sua própria constituição (Lei Orgânica, ou Carta Municipal: art. 29, caput, CF) — e dispõe de competências tanto enumeradas (arts. 23 e 30, inc.II a IX, CF), como de outras não enumeradas, traduzidas numa fórmula genérica de caber-lhe o atendimento ao “interesse local” (art. 30, inc. I, CF), ou, na concepção consagrada, a realização do peculiar e predominante interesse local.

Enfim, como ensina o Mestre JOSÉ AFONSO DA SILVA, “A organização administrativa no Estado federal é complexa, porque a função administrativa é institucionalmente imputada a diversas entidades governamentais autônomas, que, no caso brasileiro, estão expressamente referidas no próprio art.37, de onde decorre a existência de várias Administrações Públicas: a federal (da União, a de cada Estado (Administração estadual), a do Distrito Federal e a de cada Município (Administração municipal ou local), cada qual submetida a um Poder político próprio, expresso por uma organização governamental autônoma” — (in ‘Curso de Direito Constitucional Positivo’, 7ª ed.Saraiva, pg.551).

Assim, a Administração Pública é todo o aparato de que se valem as Entidades Administrativas — cada uma delas na esfera de suas competências — para realizar seu o mister (tarefa), desde a proteção das fronteiras, segurança da paz, no âmbito federal, passando pelas realização das necessidades regionais, até as mínimas necessidades locais, comuns das pessoas, que também se compreendem naquela tarefa.

O Prof.DIOGO DE FIGUEIREDO MOREIRA NETO anota que “por administração, genericamente, pode-se entender:

Atividades de pessoas gerindo interesses na prossecução de determinados objetivos... administração pública como o conjunto de atividades preponderantemente executórias, praticas pelas pessoas jurídicas de direito público ou por suas delegatárias, gerindo interesses públicos, na prossecução dos fins legalmente cometidos ao Estado” — (in “Curso de Direito Administrativo”, 10ª ed.Forense, pg.81).

As três formas de Administração Pública

No plano administrativo, a administração pública burocrática surgiu no século passado conjuntamente com o Estado liberal, exatamente como uma forma de defender a coisa pública contra o patrimonialismo. Na medida, porém, que o Estado assumia a responsabilidade pela defesa dos direitos sociais e crescia em dimensão, os custos dessa defesa passaram a ser mais altos que os benefícios do controle. Por isso, neste século as práticas burocráticas vêm cedendo lugar a um novo tipo de administração: a administração gerencial.

Assim, partindo-se de uma perspectiva histórica, verifica-se que a administração pública evoluiu através de três modelos básicos: a administração pública patrimonialista, a burocrática e a gerencial. Essas três formas se sucedem no tempo, sem que, no entanto, qualquer uma delas seja inteiramente abandonada.

Administração Pública Patrimonialista

Nas sociedades anteriores ao advento do Capitalismo e da Democracia, o Estado aparecia como um ente “privatizado”, no sentido de que não havia uma distinção clara, por parte dos governantes, entre o patrimônio público e o seu próprio patrimônio privado.

O Rei ou Monarca estabelecia seu domínio sobre o país de forma absoluta, não aceitando limites entre a “res publica” e a “res principis”. Ou seja, a “coisa pública” se confundia com o patrimônio particular dos governantes, pois não havia uma fronteira muito bem definida entre ambas.

Nessas condições, o aparelho do Estado funcionava como uma extensão do poder do soberano, e os seus auxiliares, servidores, possuíam status de nobreza real. Os cargos eram considerados prebendas, ou seja, títulos passíveis de negociação, sujeitos à discricionariedade do governante.

A corrupção e o nepotismo eram inerentes a esse tipo de administração. O foco não se encontrava no atendimento das necessidades coletivas mas, sobretudo, nos interesses particulares do soberano e de seus auxiliares.

Este cenário muda no final do século XIX, no momento em que o capitalismo e a democracia se tornam dominantes. Mercado e Sociedade Civil passam a se distinguir do Estado. Neste novo momento histórico, a administração patrimonialista torna-se inaceitável, pois não mais cabia um modelo de administração pública que privilegiava uns poucos em detrimento de muitos.

As novas exigências de um mundo em transformação, com o desenvolvimento econômico que se seguia, trouxeram a necessidade de reformulação do modo de gestão do Estado.

Administração Pública Burocrática

Surge na segunda metade do século XIX, na época do Estado liberal, como forma de combater a corrupção e o nepotismo patrimonialista. Constituem princípios orientado-

res do seu desenvolvimento a profissionalização, a ideia de carreira, a hierarquia funcional, a impessoalidade, o formalismo, em síntese, o poder racional legal.

Os controles administrativos implantados visam evitar a corrupção e o nepotismo. A forma de controle é sempre a priori, ou seja, controle dos procedimentos, das rotinas que devem nortear a realização das tarefas.

Parte-se de uma desconfiança prévia nos administradores públicos e nos cidadãos que a eles dirigem suas diversas demandas sociais. Por isso, são empregados controles rígidos dos processos como, por exemplo, na admissão de pessoal, nas compras e no atendimento aos cidadãos.

Uma consequência disto é que os próprios controles se tornam o objetivo principal do funcionário. Dessa forma, o Estado volta-se para si mesmo, perdendo a noção de sua missão básica, que é servir à sociedade.

A principal qualidade da administração pública burocrática é o controle dos abusos contra o patrimônio público; o principal defeito, a ineficiência, a incapacidade de voltar-se para o serviço aos cidadãos vistos como “clientes”.

Esse defeito, entretanto, não se revelou determinante na época do surgimento da administração pública burocrática porque os serviços do Estado eram muito reduzidos. O Estado limitava-se a manter a ordem e administrar a justiça, a garantir os contratos e a propriedade. O problema começou a se tornar mais evidente a partir da ampliação da participação do Estado na vida dos indivíduos.

Valem aqui alguns comentários adicionais sobre o termo “Burocracia”.

Max Weber, importante cientista social, ocupou-se de inúmeros aspectos das sociedades humanas. Na década de 20, publicou estudos sobre o que ele chamou o tipo ideal de burocracia, ou seja, um esquema que procura sintetizar os pontos comuns à maioria das organizações formais modernas, que ele contrastou com as sociedades primitivas e feudais. As organizações burocráticas seriam máquinas totalmente impessoais, que funcionam de acordo com regras que ele chamou de racionais – regras que dependem de lógica e não de interesses pessoais.

Weber estudou e procurou descrever o alicerce formal-legal em que as organizações reais se assentam. Sua atenção estava dirigida para o processo de autoridade obediência (ou processo de dominação) que, no caso das organizações modernas, depende de leis. No modelo de Weber, as expressões “organização formal” e “organização burocrática” são sinônimas.

“Dominação” ou autoridade, segundo Weber, é a probabilidade de haver obediência dentro de um grupo determinado. Há três tipos puros de autoridade ou dominação legítima (aquela que conta com o acordo dos dominados):

Dominação de caráter carismático

Repousa na crença da santidade ou heroísmo de uma pessoa. A obediência é devida ao líder pela confiança pessoal em sua revelação, heroísmo ou exemplaridade, dentro do círculo em que se acredita em seu carisma.

A atitude dos seguidores em relação ao dominador carismático é marcada pela devoção. Exemplos são líderes religiosos, sociais ou políticos, condutores de multidões de adeptos. O carisma está associado a um tipo de influência que depende de qualidades pessoais.

- Dominação de caráter tradicional

Deriva da crença quotidiana na santidade das tradições que vigoram desde tempos distantes e na legitimidade daqueles que são indicados por essa tradição para exercer a autoridade.

A obediência é devida à pessoa do “senhor”, indicado pela tradição. A obediência dentro da família, dos feudos e das tribos é do tipo tradicional. Nos sistemas em que vigora a dominação tradicional, as pessoas têm autoridade não por causa de suas qualidades intrínsecas, como acontece no caso carismático, mas por causa das instituições tradicionais que representam. É o caso dos sacerdotes e das lideranças, no âmbito das instituições, como os partidos políticos e as corporações militares.

- Dominação de caráter racional

Decorre da legalidade de normas instituídas racionalmente e dos direitos de mando das pessoas a quem essas normas responsabilizam pelo exercício da autoridade. A autoridade, portanto, é a contrapartida da responsabilidade.

No caso da autoridade legal, a obediência é devida às normas impessoais e objetivas, legalmente instituídas, e às pessoas por elas designadas, que agem dentro de uma jurisdição. A autoridade racional fundamenta-se em leis que estabelecem direitos e deveres para os integrantes de uma sociedade ou organização. Por isso, a autoridade que Weber chamou de racional é sinônimo de autoridade formal.

Uma sociedade, organização ou grupo que depende de leis racionais tem estrutura do tipo legal-racional ou burocrática. É uma burocracia.

A autoridade legal-racional ou autoridade burocrática substituiu as fórmulas tradicionais e carismáticas nas quais se baseavam as antigas sociedades. A administração burocrática é a forma mais racional de exercer a dominação. A burocracia, ou organização burocrática, possibilita o exercício da autoridade e a obtenção da obediência com precisão, continuidade, disciplina, rigor e confiança.

Portanto, todas as organizações formais são burocracias. A palavra burocracia identifica precisamente as organizações que se baseiam em regulamentos. A sociedade organizacional é, também, uma sociedade burocratizada. A burocracia é um estágio na evolução das organizações.

De acordo com Weber, as organizações formais modernas baseiam-se em leis, que as pessoas aceitam por acreditarem que são racionais, isto é, definidas em função do interesse das próprias pessoas e não para satisfazer aos caprichos arbitrários de um dirigente.

O tipo ideal de burocracia, formulado por Weber, apresenta três características principais que diferenciam estas organizações formais dos demais grupos sociais:

- Formalidade: significa que as organizações são constituídas com base em normas e regulamentos explícitos, chamadas leis, que estipulam os direitos e deveres dos participantes.

- Impessoalidade: as relações entre as pessoas que integram as organizações burocráticas são governadas pelos cargos que elas ocupam e pelos direitos e deveres investidos nesses cargos. Assim, o que conta é o cargo e não pessoa. A formalidade e a impessoalidade, combinadas, fazem a burocracia permanecer, a despeito das pessoas.

- Profissionalismo: os cargos de uma burocracia oferecem a seus ocupantes uma carreira profissional e meios de vida. A participação nas burocracias tem caráter ocupacional.

Apesar das vantagens inerentes nessa forma de organização, as burocracias podem muitas vezes apresentar também uma série de disfunções, conforme a seguir:

- Particularismo – Defender dentro da organização interesses de grupos internos, por motivos de convicção, amizade ou interesse material.

- Satisfação de Interesses Pessoais – Defender interesses pessoais dentro da organização.

- Excesso de Regras – Multiplicidade de regras e exigências para a obtenção de determinado serviço.

- Hierarquia e individualismo – A hierarquia divide responsabilidades e atravanca o processo decisório. Realça vaidades e estimula disputas pelo poder.

- Mecanicismo – Burocracias são sistemas de cargos limitados, que colocam pessoas em situações alienantes.

Portanto, as burocracias apresentam dois grandes “problemas” ou dificuldades: em primeiro lugar, certas disfunções, que as descaracterizam e as desviam de seus objetivos; em segundo lugar, ainda que as burocracias não apresentassem distorções, sua estrutura rígida é adequada a certo tipo de ambiente externo, no qual não há grandes mudanças. A estrutura burocrática é, por natureza, conservadora, avessa a inovações; o principal é a estabilidade da organização.

Mas, como vimos, as mudanças no ambiente externo determinam a necessidade de mudanças internas, e nesse ponto o paradigma burocrático torna-se superado.

Administração Pública Gerencial

Surge na segunda metade do século XX, como resposta à expansão das funções econômicas e sociais do Estado e ao desenvolvimento tecnológico e à globalização da economia mundial, uma vez que ambos deixaram à mostra os problemas associados à adoção do modelo anterior.

Torna-se essencial a necessidade de reduzir custos e aumentar a qualidade dos serviços, tendo o cidadão como beneficiário, resultando numa maior eficiência da administração pública. A reforma do aparelho do Estado passa a ser orientada predominantemente pelos valores da eficiência e qualidade na prestação de serviços públicos e pelo desenvolvimento de uma cultura gerencial nas organizações.

A administração pública gerencial constitui um avanço, e até certo ponto um rompimento com a administração pública burocrática. Isso não significa, entretanto, que negue

todos os seus princípios. Pelo contrário, a administração pública gerencial está apoiada na anterior, da qual conserva, embora flexibilizando, alguns dos seus princípios fundamentais, como:

- A admissão segundo rígidos critérios de mérito (concurso público);
- A existência de um sistema estruturado e universal de remuneração (planos de carreira);
- A avaliação constante de desempenho (dos funcionários e de suas equipes de trabalho);
- O treinamento e a capacitação contínua do corpo funcional.

A diferença fundamental está na forma de controle, que deixa de basear-se nos processos para concentrar-se nos resultados. A rigorosa profissionalização da administração pública continua sendo um princípio fundamental.

Na administração pública gerencial a estratégia volta-se para:

1. A definição precisa dos objetivos que o administrador público deverá atingirem sua unidade;
2. A garantia de autonomia do administrador na gestão dos recursos humanos, materiais e financeiros que lhe forem colocados à disposição para que possa atingir os objetivos contratados;
3. O controle ou cobrança a posteriori dos resultados.

Adicionalmente, pratica-se a competição administrada no interior do próprio Estado, quando há a possibilidade de estabelecer concorrência entre unidades internas.

No plano da estrutura organizacional, a descentralização e a redução dos níveis hierárquicos tornam-se essenciais. Em suma, afirma-se que a administração pública deve ser permeável à maior participação dos agentes privados e/ou das organizações da sociedade civil e deslocar a ênfase dos procedimentos (meios) para os resultados (fins).

A administração pública gerencial inspira-se na administração de empresas, mas não pode ser confundida com esta última. Enquanto a administração de empresas está voltada para o lucro privado, para a maximização dos interesses dos acionistas, esperando-se que, através do mercado, o interesse coletivo seja atendido, a administração pública gerencial está explícita e diretamente voltada para o interesse público.

Neste último ponto, como em muitos outros (profissionalismo, impessoalidade), a administração pública gerencial não se diferencia da administração pública burocrática. Na burocracia pública clássica existe uma noção muito clara e forte do interesse público. A diferença, porém, está no entendimento do significado do interesse público, que não pode ser confundido com o interesse do próprio Estado. Para a administração pública burocrática, o interesse público é frequentemente identificado com a afirmação do poder do Estado.

A administração pública gerencial vê o cidadão como contribuinte de impostos e como uma espécie de “cliente” dos seus serviços. Os resultados da ação do Estado são considerados bons não porque os processos administrativos estão sob controle e são seguros, como quer a administração pública burocrática, mas porque as necessidades do cidadão-cliente estão sendo atendidas.

O paradigma gerencial contemporâneo, fundamentado nos princípios da confiança e da descentralização da decisão, exige formas flexíveis de gestão, horizontalização de estruturas, descentralização de funções, incentivos à criatividade. Contrapõe-se à ideologia do formalismo e do rigor técnico da burocracia tradicional. À avaliação sistemática, à recompensa pelo desempenho, e à capacitação permanente, que já eram características da boa administração burocrática, acrescentam-se os princípios da orientação para o cidadão-cliente, do controle por resultados, e da competição administrada.

Princípios

Os princípios são necessários para nortear o direito, embasando como deve ser. Na Administração Pública não é diferente, temos os princípios expressos na constituição que são responsáveis por organizar toda a estrutura e além disso mostrar requisitos básicos para uma “boa administração”, não apenas isso, mas também gerar uma segurança jurídica aos cidadãos, como por exemplo, no princípio da legalidade, que atribui ao indivíduo a obrigação de realizar algo, apenas em virtude da lei, impedindo assim que haja abuso de poder.

No texto da Constituição Federal, temos no seu art. 37, em seu *caput*, expressamente os princípios constitucionais relacionados com a Administração Pública, ficando com a doutrina, a necessidade de compreender quais são as verdadeiras aspirações destes princípios e como eles estão sendo utilizados na prática, sendo isso uma dos objetos do presente trabalho.

Com o desenvolvimento do Estado Social, temos que os interesses públicos se sobrepuseram diante todos os outros, a conhecida primazia do público, a tendência para a organização social, na qual os anseios da sociedade devem ser atendidos pela Administração Pública, assim, é função desta, realizar ações que tragam benefícios para a sociedade.

Primeiramente falaremos dos PRINCÍPIOS EXPLÍCITOS, no caput do artigo 37 da Magna Carta, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

Os Princípios Constitucionais da Administração Pública

Para compreender os Princípios da Administração Pública é necessário entender a definição básica de princípios, que servem de base para nortear e embasar todo o ordenamento jurídico e é tão bem exposto por Reale (1986, p. 60), ao afirmar que:

“Princípios são, pois verdades ou juízos fundamentais, que servem de alicerce ou de garantia de certeza a um conjunto de juízos, ordenados em um sistema de conceitos relativos à dada porção da realidade. Às vezes também se denominam princípios certas proposições, que apesar de não serem evidentes ou resultantes de evidências, são assumidas como fundantes da validade de um sistema particular de conhecimentos, como seus pressupostos necessários.”